

# RESULTADO 3T19





**Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2019**

**A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa” ou “Companhia”; B3: TAEE11)**, um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, anuncia hoje seus resultados do terceiro trimestre de 2019.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), definidas neste documento como Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente. A apresentação dessas informações está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Para as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2018, a Companhia passou a adotar, a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes, com base no método retrospectivo modificado, explicado na seção 3.4 deste documento. Dessa forma, a Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 30 de setembro de 2018 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 30 de setembro de 2019.

Em 2019, a Companhia passou a adotar o CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, onde as despesas com aluguéis deixaram de ser contabilizadas como outras despesas operacionais, passando a ser contabilizadas como despesas financeiras e depreciação. Portanto, a partir de 1º de janeiro de 2019, serão observadas diferenças nas linhas de outros custos e despesas operacionais e de despesas financeiras, entre os Resultados Regulatório e IFRS. É importante ressaltar que na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

No Resultado Regulatório a seguir apresentado, preparado com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 (IFRS 15) são eliminados, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação dessa interpretação. Além disso, a partir do primeiro trimestre de 2018, a fim de alinhar o Resultado Regulatório com as demonstrações financeiras apresentadas para a ANEEL, a Companhia passou a apresentar na linha “RAP Concessionárias” os valores referentes a RAP (Receita Anual Permitida) que não são contabilizados no Ativo Contratual. Estes valores anteriormente eram apresentados na linha de Outras Receitas, acompanhando o Resultado IFRS. É importante mencionar que o Resultado Regulatório não é auditado.

Para facilitar o entendimento das informações apresentadas neste documento, os termos associados às palavras Regulatório(a) e IFRS seguem os mesmos princípios e estrutura definidos acima para o Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente.

Em linha com as normas contábeis, a Taesa não consolida proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas. Dessa forma, os resultados da Transirapé, Transudeste, Transleste (em conjunto, “Transmineiras”), ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e do grupo TBE são contabilizados na linha de equivalência patrimonial tanto no Resultado IFRS quanto no Regulatório. A partir da aquisição da participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”) na Brasnorte (vide Fato Relevante de 31 de maio de 2019), esta deixa de ser uma coligada da Taesa e passa a ser sua controlada, com participação acionária total de 88,376%. Dessa forma, a Companhia iniciou a consolidação dos resultados da Brasnorte a partir dessa data nas demonstrações de resultado da Taesa, com a segregação da participação dos não-controladores no lucro líquido da Companhia (11,624%). Ainda em 30 de agosto de 2019, a Taesa adquiriu a participação de 11,624% da Brasnorte detida pela Bipar Energia, Telecomunicação e Indústria Metalúrgica S.A., passando a deter 100% do total das ações da Brasnorte (vide Fato Relevante de mesma data).

A declaração de dividendos da Taesa é feita com base no Resultado IFRS revisado pelo auditor.

## Teleconferência em Português

14 de novembro de 2019

Quinta-feira  
Brasília 11h30  
Nova York 9h30

Tel.: + 55 11 3127 4971  
Dial in: +1 646 843 6054  
Senha: Taesa

Raul Lycurgo Leite

CEO e Diretor Jurídico e Regulatório

Marcus Pereira Aucélio

CFO e DRI

Cristiano Prado Grangeiro

Gerente de RI

Contato RI

[investor.relations@taesa.com.br](mailto:investor.relations@taesa.com.br)

Telefone

+55 21 2212 6060

## ÍNDICE

1.	DESTAQUES DO RESULTADO .....	5
2.	VISÃO GERAL .....	7
2.1.	Estrutura Societária .....	7
2.2.	Estrutura Societária TBE .....	8
2.3.	Estrutura Societária AIE .....	8
3.	DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO .....	9
3.1.	Desempenho Operacional .....	9
3.2.	Ciclo da RAP 2019-2020 .....	10
3.3.	Redução de 50% da RAP .....	11
3.4.	Impacto da Mudança Contábil (CPC 47) .....	13
3.5.	Receita Líquida IFRS .....	15
3.6.	Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS .....	16
3.7.	EBITDA e Margem EBITDA IFRS .....	17
3.8.	Combinação de Negócios (IFRS) .....	17
3.9.	Receita Líquida Regulatória .....	18
3.10.	Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios .....	18
3.11.	EBITDA e Margem EBITDA Regulatório .....	19
3.12.	Composição do EBITDA Regulatório .....	20
3.13.	Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS .....	21
3.14.	Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória .....	21
3.15.	Resultado Financeiro Líquido .....	22
3.16.	Impostos .....	23
3.17.	Lucro Líquido .....	26
3.18.	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio .....	28
3.19.	Endividamento .....	29
3.20.	Investimentos .....	31
3.21.	Projetos em Construção .....	31
4.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	34
4.1.	Receita IFRS por concessão .....	34
4.2.	Movimentação do Ativo Contratual .....	35
4.3.	DRE 3T19 .....	36
4.4.	DRE 9M19 .....	37
4.5.	DRE IFRS 3T19 (Subsidiárias) .....	38
4.6.	DRE IFRS 9M19 (Subsidiárias) .....	39
4.7.	DRE Regulatório 3T19 (Subsidiárias) .....	40
4.8.	DRE Regulatório 9M19 (Subsidiárias) .....	41
4.9.	Reconciliação do EBITDA .....	42
4.10.	Balanço Patrimonial .....	43
4.11.	Fluxo de Caixa .....	44

## 1. DESTAQUES DO RESULTADO

### SÓLIDOS RESULTADOS E CONSISTENTE PAGAMENTO DE PROVENTOS AOS ACIONISTAS

O lucro líquido em IFRS no terceiro trimestre de 2019 totalizou R\$ 357,8 MM, um aumento anual de 21,4%, explicado pelo (i) aumento na margem de construção em função da evolução dos projetos em construção e da contabilização da margem de reforços, e pela (ii) redução de 22,6% na despesa financeira líquida devido ao maior volume médio de caixa aplicado, a maior rentabilidade alcançada nas aplicações durante o 3T19, e à queda do IPCA – indexador de 76% da dívida bruta da Companhia – entre os períodos comparados. Portanto, o lucro líquido acumulado do ano fechou em R\$ 824,8 MM, um crescimento de 2,8% na comparação com o mesmo período de 2018.

Assim, o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada na data de hoje, aprovou a distribuição do resultado, destinando R\$ 186,5 MM (R\$ 0,54 / Unit) entre dividendos intercalares e JCP, adicionalmente aos R\$ 345,5 MM de proventos já distribuídos em 2019, bem como o montante de R\$ 292,4 MM para as reservas especial, legal e de incentivo fiscal, com base nas demonstrações financeiras intermediárias levantadas em 30 de setembro de 2019. O pagamento ocorrerá no dia 29 de novembro de 2019 com a data-base de 19 de novembro de 2019. Vale ressaltar que, com o objetivo de não comprometer a posição de caixa e a alavancagem da Taesa, os efeitos no resultado em IFRS gerados pela adoção do CPC 47 (Ativo Contratual) – R\$ 210,1 MM nos primeiros nove meses de 2019 – não têm sido distribuídos aos acionistas, sendo, portanto, contabilizados como reserva para futura distribuição de dividendos.

Ao fim do terceiro trimestre de 2019, a Taesa apresentou uma posição de caixa de R\$ 2.057,3 MM, 6,3% menor que o registrado ao fim do trimestre anterior, em função do pagamento de proventos aos acionistas e de juros e amortizações, compensado em parte pela geração de caixa operacional no trimestre. Vale destacar ainda que a taxa média de aplicação do caixa ficou em cerca de 106% do CDI no 9M19. A dívida líquida encerrou o período em R\$ 2.618,6 MM, 4,9% maior que o 2T19. Com isso, o índice de alavancagem (Dívida Líquida / EBITDA) da Companhia ficou em 2,0x no 3T19, acima do 1,8x registrado no 2T19.

O EBITDA Regulatório da Companhia totalizou R\$ 275,2 MM no 3T19, apresentando uma queda de 11,3% em função principalmente do corte de 50% na RAP de algumas concessões. Com isso, a margem EBITDA ficou em 82,9% no trimestre. Já o EBITDA Regulatório acumulado do ano fechou em R\$ 895,5 MM com uma margem de 84,9%.

A taxa de disponibilidade das linhas de transmissão da Taesa atingiu 99,88% e a Parcela Variável totalizou R\$ 8,3 MM no 9M19, chegando a apenas 0,7% da RAP Consolidada da Taesa, destacando o alto desempenho operacional da Companhia e demonstrando excelência na operação e manutenção de suas linhas de transmissão.

Nas frentes das oportunidades no mercado secundário, a Taesa adquiriu a participação de 11,624% da Brasnorte detida pela Bipar, passando a deter 100% do total das ações da Brasnorte, e celebrou um Contrato de Compra e Venda com a RC Administração e Participações S.A., tendo por objeto a aquisição da Rialma Transmissora de Energia I S.A. Sobre os empreendimentos em construção, a Companhia obteve nos últimos meses as licenças de instalação para ESTE e para parte de Ivaí e Sant'Ana, sendo esta última com uma importante antecipação da data de obtenção estimada pela ANEEL. A Companhia continua avançando nas obras das concessões que já obtiveram as licenças de instalação, com alguns projetos em fase final de conclusão e energização durante os próximos meses. Vale destacar a energização do trecho LT Miracema – Lajeado (circuito 2) de 30 km de extensão do empreendimento de Miracema, no dia 29 de setembro. É importante ressaltar também a 7ª emissão de debêntures da Taesa no montante de R\$ 509 MM a IPCA + 4,5% por 25 anos, mais um título verde de longo prazo emitido pela Companhia neste ano para financiar os empreendimentos em construção, onde 90% do volume total foi colocado por pessoas físicas em mais de 4 mil CPFs.

E recentemente, por meio de fato relevante divulgado em 28 de outubro de 2019, a Companhia passou a divulgar as projeções dos empreendimentos em construção 100% controlados pela Taesa, em linha com as melhores práticas de governança corporativa e com o objetivo de alinhar o mercado em relação às expectativas sobre estes projetos.

Por fim, a Companhia continua trabalhando para que todas as condições precedentes sejam cumpridas a fim de concluir o processo de aquisição dos ativos da Âmbra Energia e assim adicionar R\$ 133 MM de RAP e 1.227 km de novas linhas a sua base de ativos.



### Principais Indicadores do 3T19 e 9M19

Consolidado						
R\$ MM	3T19	3T18*	Var.%	9M19	9M18*	Var.%
Receita Líquida Reg.	331,9	362,2	-8,4%	1.054,7	1.194,7	-11,7%
EBITDA Reg.	275,2	310,1	-11,3%	895,5	1.044,8	-14,3%
Margem EBITDA Reg.	82,9%	85,6%	-2,7 pp	84,9%	87,5%	-2,6 pp
Receita Líquida IFRS	597,7	431,2	38,6%	1.367,5	1.139,5	20,0%
Lucro Líquido IFRS	357,8	294,7	21,4%	824,8	802,1	2,8%
Dívida Líquida	2.618,6	2.229,7	17,4%	2.618,6	2.229,7	17,4%
Dividendos e JCP Pagos	186,5	245,1	-23,9%	532,0	663,3	-19,8%

\* A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 30 de setembro de 2018 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 30 de setembro de 2019, em função da adoção do CPC 47 (vide seção 3.4).

Consolidado e Participações						
R\$ MM	3T19	3T18	Var.%	9M19	9M18	Var.%
Receita Líquida Reg.	435,0	462,1	-5,9%	1.362,2	1.519,3	-10,3%
EBITDA Reg.	365,4	398,8	-8,4%	1.166,6	1.335,4	-12,6%
Margem EBITDA Reg.	84,0%	86,3%	-2,3 pp	85,6%	87,9%	-2,3 pp
Dívida Líquida	3.025,0	2.647,6	14,3%	3.025,0	2.647,6	14,3%
Dívida Líquida/EBITDA	2,0	1,5	33,3%	2,0	1,5	33,3%

## 2. VISÃO GERAL

### 2.1. Estrutura Societária

As 36 concessões/participações de transmissão detidas pela Taesa estão segregadas em: (i) 10 concessões que compõem a empresa holding (TSN, Novatrans, ETEO, GTEA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE e ATE II); (ii) 7 investidas integrais (ATE III, Brasnorte, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba e Sant'Ana); e (iii) 19 participações (ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí, Transmineiras e a TBE).

No leilão de transmissão nº 004/2018 da ANEEL, realizado no dia 20 de dezembro de 2018, a Taesa arrematou o lote 12 com uma RAP de R\$ 60,7 MM (ciclo 2019-2020). O empreendimento, nomeado como Sant'Ana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Sant'Ana"), está localizado no Estado do Rio Grande do Sul, tem 587 km de extensão de linhas e um CAPEX ANEEL de R\$ 610 MM com prazo de construção de 48 meses. O contrato de concessão de Sant'Ana foi assinado em 22 de março de 2019.

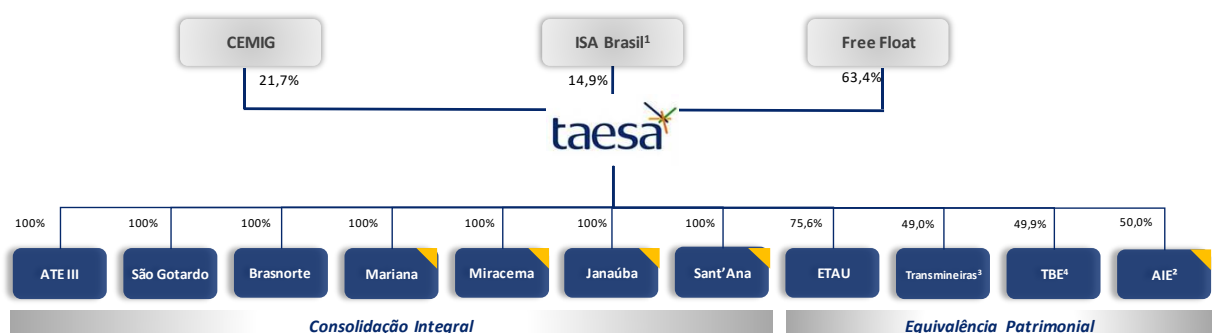
No âmbito do Leilão Eletrobras nº 01/2018, realizado em 27 de setembro de 2018, a Taesa concluiu a aquisição do lote N (ETAU) em 29 de abril de 2019 e dos lotes L (Brasnorte) e M (Transmineiras) em 31 de maio de 2019, adicionando R\$ 52,6 MM de RAP à sua base. Veja abaixo maiores detalhes da transação:

Lote/ Leilão Eletrobrás	SPE de Transmissão	Valor Pago (em R\$ mil)	RAP <sup>1</sup> (em R\$ mil)	Participação Adquirida	Participação Final da TAESA	Contabilização no Resultado TAESA
L	Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (Brasnorte)	75.622	13.700	49.7115%	88.376%	Consolidação
M	Companhia Transirapé de Transmissão (Transirapé)	34.969	9.108	24.50%	53.9982% <sup>2</sup>	Equivalência Patrimonial
M	Companhia Transleste de Transmissão (Transleste)	24.199	10.991	24.00%	53.9982% <sup>2</sup>	Equivalência Patrimonial
M	Companhia Transudeste de Transmissão (Transudeste)	18.340	7.096	25.00%	53.9982% <sup>2</sup>	Equivalência Patrimonial
N	Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (ETAU)	32.880	11.728	23.0355%	75.6193%	Equivalência Patrimonial
Total		186.010	52.623			

(1) RAP referente à participação adquirida (ciclo 2019-2020)  
(2) Considera participação direta de 49% e indireta de 4,9982% via subsidiária ENTE.

Em 30 de agosto de 2019, a Taesa concluiu a aquisição de 11,624% da Brasnorte detidas pela Bipar Energia, Telecomunicação e Indústria Metalúrgica S.A. ("Bipar"). Após a conclusão dessa operação, a Companhia, que antes detinha a participação acionária de 88,376% na Brasnorte, passou a deter 100% do total das ações desta empresa.

Após o resultado do leilão nº 004/2018 da ANEEL, da conclusão do Leilão da Eletrobras e da aquisição de 11,624% da Brasnorte, a estrutura societária da Companhia passou a ser a seguinte:



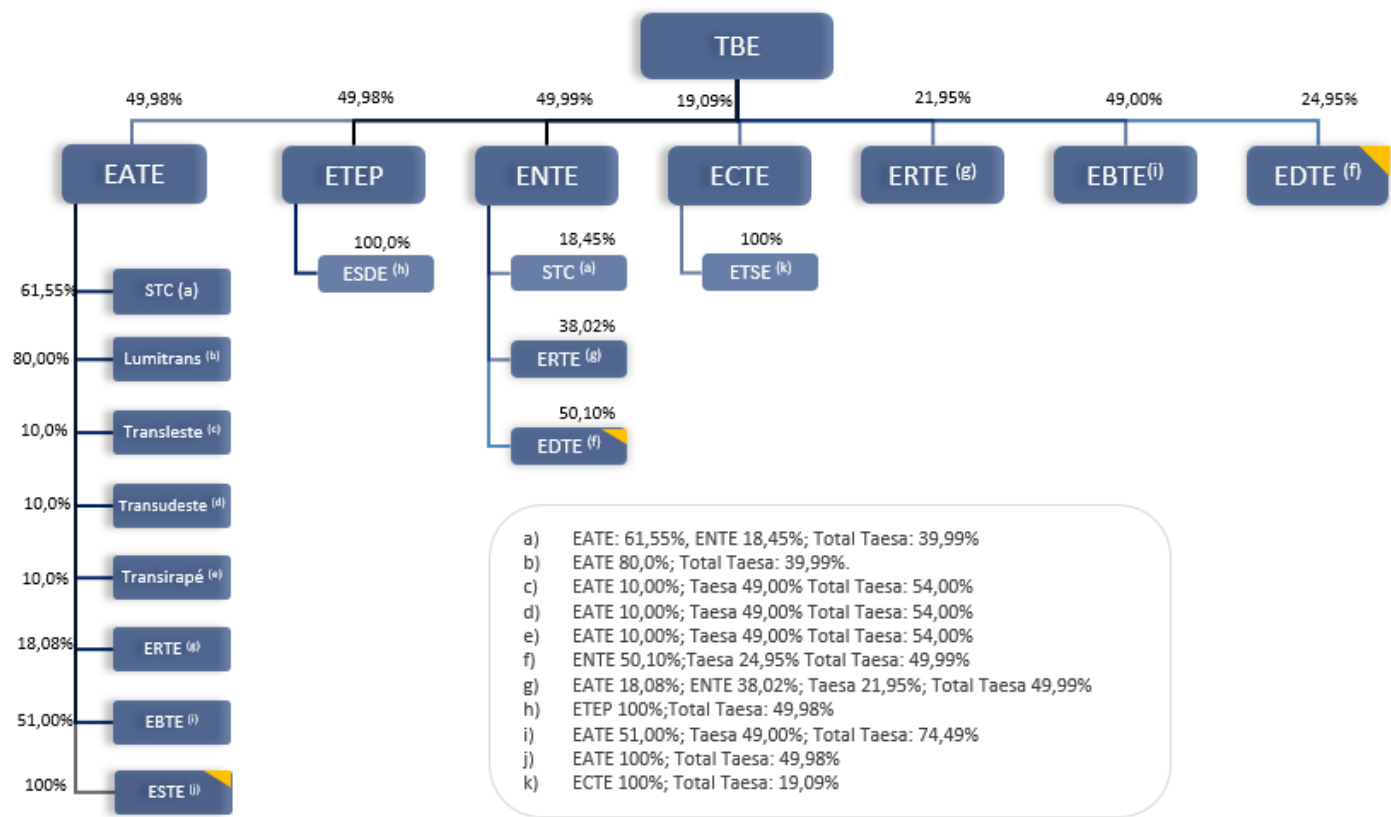
¹ ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

² AIE – Aliança Inteligência Elétrica é um grupo econômico da parceria das empresas TAESA e ISA CTEEP, atualmente responsável por implantar 3 novos empreendimentos

³ Transmineiras é um conjunto de participações da Taesa em 3 concessões: Transirapé (54,0%), Transleste (54,0%) e Transudeste (54,0%)

⁴ TBE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Alupar, atualmente responsáveis por 15 concessões.

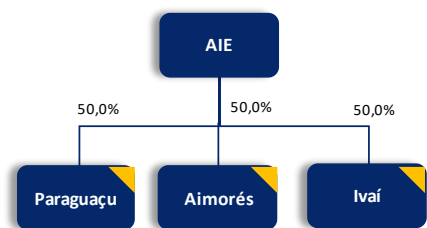
2.2. Estrutura Societária TBE



TBE é o nome fantasia dado ao grupo de 15 concessões.

Em construção

2.3. Estrutura Societária AIE



AIE é o nome fantasia dado ao grupo de 3 concessões.

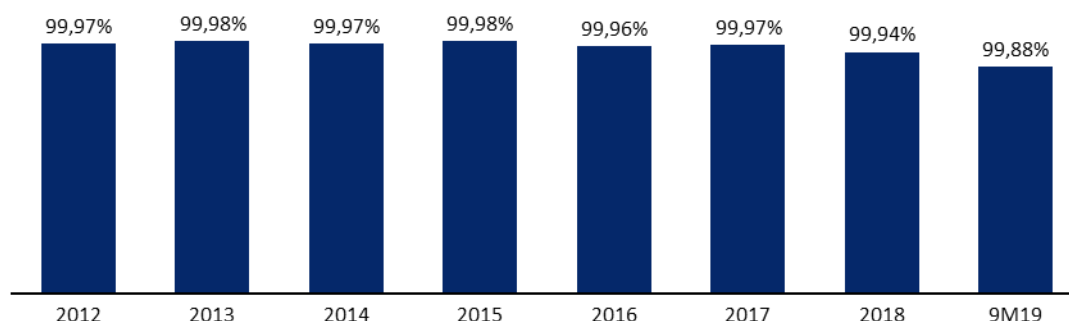


### 3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

#### 3.1. Desempenho Operacional

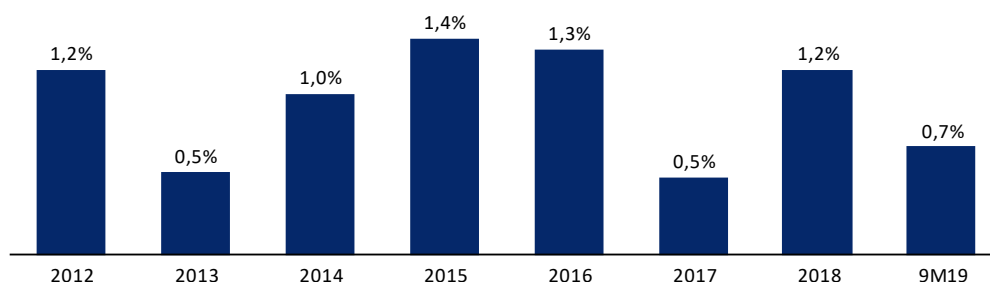
Com um alto desempenho operacional ao longo dos anos, a Taesa apresentou, no 9 primeiros meses de 2019, uma taxa média consolidada de disponibilidade da linha de 99,88%, conforme gráfico abaixo, que apresenta o desempenho consolidado da Companhia, portanto, não considerando ETAU, Transmineiras e TBE. Este resultado ficou ligeiramente menor que os níveis registrados nos anos anteriores em função de explosões atípicas do Transformador de Corrente (TC) modelo CTH 550 (R6 e R7) – maiores detalhes mais abaixo.

A Taxa de Disponibilidade da Linha é uma medida de tempo, sendo estritamente um indicador operacional. O cálculo consiste em: número de horas que a linha fica disponível, dividido pelo número de horas contidas em 1 ano (8.760 horas), medido por trechos de 100km.



$$\sum \frac{(Extensão da linha \times horas disponíveis)/100}{(Extensão da linha \times 8.670 horas)/100} \times 100$$

O indicador que mostra o impacto da indisponibilidade da linha de transmissão na demonstração de resultados da empresa é a parcela variável (PV). Devido ao comportamento instável da PV no curto prazo, a melhor maneira de entender o desempenho da Companhia é analisar o valor da PV dividido pela RAP, conforme gráfico abaixo.



A PV nos primeiros nove meses de 2019 foi de R\$ 8,3 MM, resultado principalmente de (i) realização de manutenções e substituições dos equipamentos em função das explosões atípicas das Fases B e C do Transformador de Corrente (TC) modelo CTH 550 (R6 e R7) associado ao disjuntor MBDJ7-07 da SE Marabá, ocorridas em junho de 2019, e (ii) maiores reversões de provisões ocorridas no 1T19. A variação de R\$ 4,5 MM menor quando comparado ao 9M18 foi provocada, principalmente, pelas maiores provisões e desligamentos no 9M18, principalmente no 2T18, referentes a dois eventos: (i) provisionamento referente ao desligamento automático na ATE II (LT 500 kV Ribeiro Gonçalves / São João do Piauí C1); e (ii) manutenção corretiva no banco de reatores 05E7 da SE Sobradinho (ATE II), visando sanar vazamento de óleo nas fases A e B.

### 3.2. Ciclo da RAP 2019-2020

Em junho de 2019, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória 2.565/19 que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessões de transmissão para o ciclo 2019-2020, passando a valer a partir de 1.º de julho de 2019 até 30 de junho de 2020, afetando portanto o resultado da Taesa somente a partir do 3T19. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste de 7,64%, e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste de 4,66%.

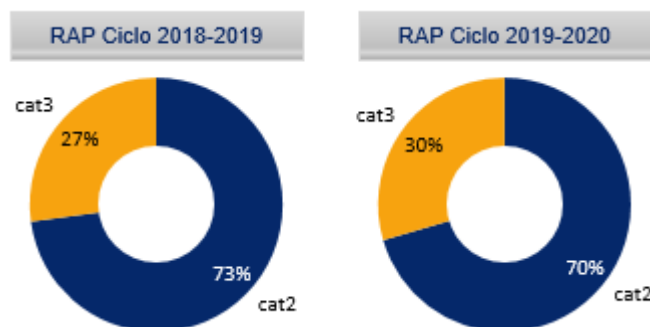
RAP (R\$ MM)	Ciclo 2017-2018	Ciclo 2018-2019	Ciclo 2019-2020
<b>Ajuste IGP-M</b>	<b>1,57%</b>	<b>4,26%</b>	<b>7,64%</b>
Novatrans <sup>2</sup>	517,2	413,5	292,8
TSN <sup>2</sup>	427,9	279,6	301,0
Munirah	36,5	38,0	40,9
GTESA	9,4	5,8	5,5
PATESA <sup>2</sup>	25,0	26,1	18,1
ETAU <sup>12</sup>	24,2	25,2	38,5
ETEO	88,1	91,9	98,9
NTE <sup>2</sup>	153,4	125,2	86,3
STE <sup>2</sup>	81,6	85,3	48,6
ATE I <sup>2</sup>	149,0	155,4	167,3
ATE II <sup>2</sup>	230,3	240,3	258,7
EATE <sup>12</sup>	177,1	113,6	122,2
ETEP <sup>1</sup>	28,2	25,6	27,6
ENTE <sup>1</sup>	112,6	117,4	102,0
ECTE <sup>1</sup>	9,0	9,4	10,2
ERTE <sup>12</sup>	25,3	26,3	19,5
Lumitrans <sup>12</sup>	10,7	11,1	12,0
Transleste <sup>16</sup>	12,2	12,8	24,7
Transirapé <sup>16</sup>	9,8	10,2	20,1
Transudeste <sup>16</sup>	7,3	7,6	15,3
<b>Subtotal</b>	<b>2.134,7</b>	<b>1.820,4</b>	<b>1.710,2</b>
<b>Ajuste IPC-A</b>	<b>3,60%</b>	<b>2,86%</b>	<b>4,66%</b>
ATE III <sup>235</sup>	116,3	119,8	125,4
São Gotardo <sup>3</sup>	5,2	5,2	5,4
Mariana <sup>34</sup>	14,3	14,7	15,4
Miracema <sup>34</sup>	60,4	62,1	65,0
Janaúba <sup>34</sup>	180,3	185,4	194,1
Aimorés <sup>134</sup>	36,9	37,9	39,7
Paraguaçu <sup>134</sup>	55,0	56,6	59,2
Brasnorte <sup>123</sup>	10,1	10,2	27,6
STC <sup>123</sup>	17,6	18,1	18,9
EBTE <sup>123</sup>	34,0	35,8	34,4
ESDE <sup>13</sup>	6,5	6,7	7,0
ETSE <sup>123</sup>	3,7	3,8	4,0
ESTE <sup>134</sup>	52,1	53,6	56,1
Ivaí <sup>134</sup>	136,6	140,5	147,0
EDTE <sup>1347</sup>	32,1	33,0	34,6
Sant'Ana <sup>48</sup>	0,0	59,0	60,9
<b>Subtotal</b>	<b>761,1</b>	<b>842,4</b>	<b>894,7</b>
<b>Total</b>	<b>2.895,8</b>	<b>2.662,8</b>	<b>2.605,0</b>

Considerando as concessões controladas, investidas em conjunto e coligadas<sup>1</sup>, a RAP total (operacional e em construção) da Taesa para o ciclo 2019-2020 é de R\$ 2.605 MM, sendo 51% no nível da *holding*. Como nove concessões ainda estão em fase de construção (Mariana, Miracema, Janaúba, Paraguaçu, Aimorés, ESTE, Ivaí, EDTE e Sant'Ana), a RAP operacional da Taesa para o ciclo 2019-2020 ficou em R\$ 1.933 MM, apresentando uma queda de 4,3% em função do corte da RAP de algumas concessões, conforme explicado abaixo e na seção 3.3.

O reajuste da RAP para o ciclo 2019-2020 foi diferente da inflação em algumas concessões pelos seguintes motivos: (i) **Novatrans**, **GTESA**, **PATESA**, **ETAU**, **NTE**, **STE**, **ENTE** e **ERTE** sofreram impacto do corte de 50% da RAP, em razão da entrada no 16º ano de operação (para maiores detalhes, vide seção 3.3); (ii) **Novatrans**, **ETAU**, **STE**, **ATE II** e **Brasnorte** apresentaram entrada em operação de reforços; e (iii) **EBTE** apresentou efeito de revisão tarifária.

Vale destacar ainda: (i) a aquisição do empreendimento Sant'Ana no leilão de transmissão nº 004/2018 da ANEEL no dia 20 de dezembro de 2018 quando a Taesa se sagrou vencedora na disputa pelo lote 12; (ii) a conclusão da aquisição das participações da Eletrobras na ETAU, Brasnorte e Transmineiras no 2T19; e (iii) aquisição de 11,624% de participação na Brasnorte em agosto de 2019. Maiores detalhes na seção 2.1.

Os valores publicados de RAP das concessões ATE III, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Aimorés, Paraguaçu, Brasnorte, STC, EBTE, ESDE, ETSE, ESTE, Ivaí, EDTE e Sant'Ana devem ser adicionados de PIS/COFINS.



<sup>1</sup> Valor de RAP proporcional a participação da Taesa

<sup>2</sup> Incluindo os reforços

<sup>3</sup> Adicionar PIS/COFINS

<sup>4</sup> Em Construção

<sup>5</sup> Concessão de Categoria II com ajuste pelo IPCA

<sup>6</sup> TAESA aumentou stake em novembro de 2017

<sup>7</sup> Aquisição em março de 2018

<sup>8</sup> Aquisição Lote 12 no leilão de dezembro de 2018

## 3.3. Redução de 50% da RAP

Os contratos de concessão de transmissão licitados entre 1999 e 2006 (Categoria II) preveem a redução de 50% da RAP (Rede Básica) a partir do 16º ano de operação comercial das instalações. Dado que os contratos de concessão possuem instalações cuja parcela de RAP associada será reduzida em 50% em datas distintas ao longo do seu ciclo, foi calculada uma RAP equivalente a ser recebida pelas concessionárias ao longo do referido ciclo, e nos ciclos futuros, considerando os valores pro-rata das parcelas de RAP sem redução, desde o início do ciclo (1º de julho) até a data de fim do 15º ano de operação comercial das instalações, e os valores pro-rata das parcelas de RAP com redução de 50%, a partir da data de início do 16º ano de operação comercial das instalações até o final do mesmo ciclo (30 de junho).

Para o ciclo 2016-2017, duas concessões atingiram o 16º anos de operação<sup>1</sup>:

- **ETEO**: 100% da RAP da ETEO entrou no 16º ano de operação em 19/10/2016.
- **ECTE<sup>3</sup>**: 67,6% da RAP da ECTE entrou no 16º ano de operação em 9/3/2017 e 28,4% entrou em 26/3/2017.

Para os ciclos 2017-2018, 2018-2019 e 2019-2020, as seguintes concessões atingiram ou irão atingir o 16º ano de operação<sup>1</sup>:

- **ETEP<sup>3</sup>**: 99,7% da RAP da ETEP entrou no 16º ano de operação em 25/8/2017.
- **EATE<sup>3</sup>**: 19,0% da RAP da EATE entrou no 16º ano de operação em 1/2/2018, 45,6% da RAP em 20/2/2018, e 33,5% da RAP em 10/3/2018.
- **TSN<sup>3</sup>**: 89,9% da RAP da TSN entrou no 16º ano de operação em 4/3/2018, 4,0% da RAP em 5/4/2018, 0,7% da RAP em 22/5/2018, e 1,3% da RAP em 3/6/2018.
- **Novatrans**: 16,3% da RAP da Novatrans entrou no 16º ano de operação em 3/6/2018, 19,4% da RAP em 8/12/2018, 19,1% da RAP em 23/12/2018, e 45,2% da RAP em 8/4/2019.
- **GTESA**: 100% da RAP da GTESA entrou no 16º ano de operação em 26/8/2018.
- **NTE**: 100% da RAP da NTE entrou no 16º ano de operação em 25/1/2019.
- **STE<sup>3</sup>**: 19,0% da RAP da STE entrou no 16º ano de operação em 27/6/2019, 36,6% da RAP em 13/7/2019, e 42,1% da RAP em 18/7/2019.
- **PATESA<sup>3</sup>**: 98,2% da RAP da PATESA entrou no 16º ano de operação em 1/9/2019.
- **ERTE<sup>3</sup>**: 71,5% da RAP da ERTE entrou no 16º ano de operação em 15/9/2019.
- **ENTE**: 100% da RAP da ENTE entrará no 16º ano de operação em 12/2/2020.
- **ETAU<sup>3</sup>**: 34,2% da RAP da ETAU entrará no 16º ano de operação em 17/4/2020 e 36,0% da RAP em 29/9/2020.

Para os ciclos futuros, as seguintes concessões irão atingir o 16º ano de operação<sup>1</sup>:

- **Munirah**: 100% da RAP da Munirah entrará no 16º ano de operação em 30/10/2020.
- **ATE I**: 54,0% da RAP da ATE I entrará no 16º ano de operação em 8/10/2020 e 46,0% da RAP em 27/10/2020.
- **Transleste**: 100% da RAP da Transleste entrará no 16º ano de operação em 18/12/2020.
- **ATE II**: 100% da RAP da ATE II entrará no 16º ano de operação em 11/12/2021.
- **Transudeste**: 100% da RAP da Transudeste entrará no 16º ano de operação em 23/2/2022.



- **Transirapé<sup>3</sup>**: 45,1% da RAP da Transirapé entrará no 16º ano de operação em 23/5/2022 e 15,9% da RAP em 30/5/2022.
- **Lumitrans<sup>3</sup>**: 99,9% da RAP da Lumitrans entrará no 16º ano de operação em 3/10/2022.
- **STC<sup>3</sup>**: 71,9% da RAP da STC entrará no 16º ano de operação em 8/11/2022.
- **ATE III<sup>3</sup>**: 54,4% da RAP da ATE III entrará no 16º ano de operação em 27/4/2023 e 40,1% em 23/5/2023.

## Notas:

1. O cronograma de redução de 50% da RAP destacado acima foi retirado da Nota Técnica nº 144-2018-SGT da ANEEL.
2. Os percentuais da RAP foram calculados com base no valor da RAP anterior à data da 1ª redução de 50%.
3. Para aquelas concessões cujos percentuais da RAP apontados acima não somam 100%, a diferença se deve a reforços/melhorias que não se enquadram nos ativos de categoria 2 sujeitos ao corte de 50% da RAP no início do 16º ano de operação.

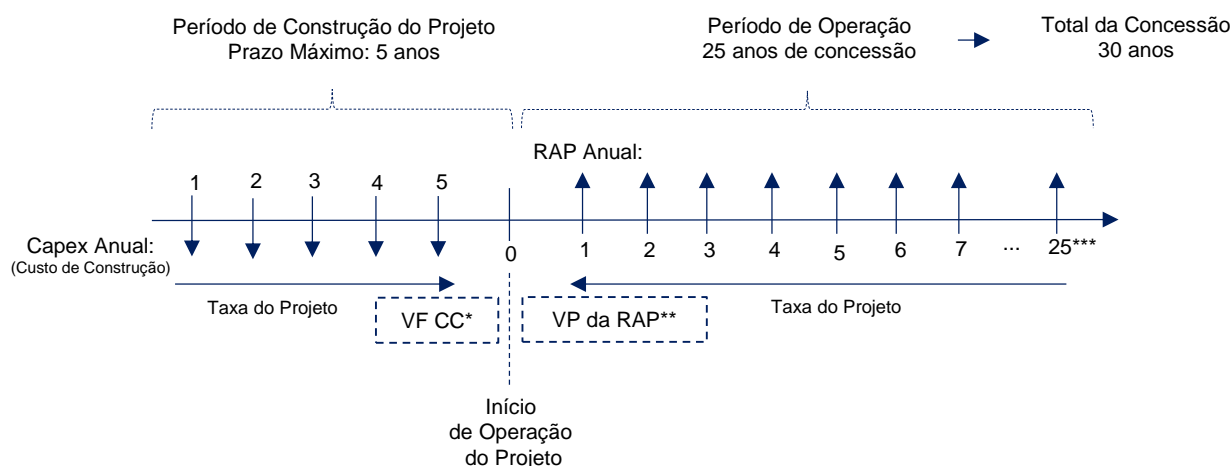
### 3.4. Impacto da Mudança Contábil (CPC 47)

Na contabilização em IFRS até o 3º trimestre de 2018, os investimentos eram reconhecidos como Ativo Financeiro a custo amortizado, conforme a Resolução nº 1.261 de 10/12/2009 (Conselho Federal de Contabilidade). Como consequência, a receita em IFRS refletia a movimentação do Ativo Financeiro. A partir de 1º de janeiro de 2018, passou a ser obrigatória a adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou do IFRS 15 (CPC 47), com divulgação dessa nova contabilização a partir das Demonstrações Financeiras Anuais de 2018. A Companhia optou por adotar o IFRS 15, cujos princípios se baseiam no modelo de negócio que identifica o contrato com o cliente (bens ou serviços) e suas respectivas obrigações contratuais de desempenho, definindo-se o preço de transação e reconhecimento da receita a partir da realização dessas obrigações (reconhecimento do Ativo Contratual).

A taxa considerada para o cálculo do Ativo Financeiro era a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro (TRAF) que igualava o valor presente dos investimentos com o valor presente do fluxo de recebimentos do ativo financeiro, isto é, era a taxa interna de retorno do fluxo. Para o cálculo do Ativo Contratual, a taxa adotada passa a ser a taxa de mercado à época do leilão, fixada ao longo do prazo da concessão ("Taxa do Projeto"). A Taesa optou por adotar o WACC real de leilão (ANEEL) como a Taxa do Projeto por ser uma taxa conhecida e de referência para o mercado. É importante mencionar que essa alteração na taxa acima explicada se aplica apenas às empresas que foram construídas pela Companhia ou estão em processo de construção. No caso de aquisições, *brownfield*, não houve mudança de taxa, por não ser possível retroagir à data de construção do projeto. Desse modo, entendemos que a taxa até então utilizada é a mais adequada.

Com base no exposto acima, a contabilização do ativo de transmissão passou a vigorar como Ativo Contratual e não mais como Ativo Financeiro. Portanto, o Ativo Contratual é calculado mensalmente a partir do fluxo futuro dos recebimentos trazidos a valor presente pela Taxa do Projeto.

#### FLUXO DE CAIXA DO PROJETO



O cálculo da **Margem de Construção** é feito pela diferença entre o VPL da RAP e o VF CC:

- (i) VF CC = VP da RAP → Margem de Construção = 0
- (ii) VF CC > VP da RAP → Margem de Construção < 0
- (iii) VF CC < VP da RAP → Margem de Construção > 0

\* VF CC: Valor Futuro do Custo de Construção

\*\* VP da RAP: Valor Presente da Receita Anual Permitida (**Formação do Ativo Contratual**)

\*\*\*VP dos recebíveis incluem a RAP e o saldo residual a ser indenizado

No método contábil adotado (CPC 47 - Ativo Contratual), as eficiências/ineficiências geradas no projeto em construção são contabilizadas como margem de construção. Isto é, a receita de construção passa a constituir uma margem de construção, calculada pela diferença entre o Valor Presente da RAP e Valor Futuro do Custo de Construção no momento da entrada em operação (vide figura acima). Portanto, se antes no Ativo Financeiro o impacto da construção no resultado era praticamente nulo durante a fase pré-operacional (receita de construção era igual ao custo de construção mais PIS/COFINS), agora no Ativo Contratual a margem de construção impactará a Demonstração de Resultados do projeto. Em outras palavras, a receita de construção passa a ser calculada, ao longo do período pré-operacional, pelo custo de construção mais a margem de construção, que inclui também o juros de remuneração do ativo no período, calculada pela Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo contratual.

Outra mudança importante acontece na linha de remuneração do ativo. No método do Ativo Financeiro, a receita de remuneração era calculada a partir da TRAF que incidia sobre o saldo do ativo financeiro desde o início da concessão. No método do Ativo Contratual, essa receita de remuneração é calculada com base na Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo contratual e passa a ser contabilizada somente após a entrada em operação do projeto. Durante o período de construção, os juros de remuneração fazem parte da Receita de Construção e o cálculo é o mesmo descrito acima.

As demais linhas da receita em IFRS (O&M e Correção Monetário do Ativo) mantem exatamente o mesmo critério de contabilização do método utilizado anteriormente.

Outra mudança na adoção do CPC 47 ocorre no tratamento de adiantamento com fornecedores. Anteriormente com o Ativo Financeiro, o adiantamento era registrado diretamente no balanço patrimonial como ativo financeiro, e portanto não transitava no resultado. A partir da contabilização pelo Ativo Contratual, esse adiantamento deve necessariamente passar pelo resultado como custo de construção.

## **Impactos da mudança contábil para o Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2018:**

O ajuste gerado pela adoção do CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018:

- (i) Para o saldo inicial (de partida) do Ativo Contratual em 31 de dezembro de 2017, o ajuste foi lançado na conta de reserva especial do exercício de 2018 (Patrimônio Líquido) no montante de R\$ 113.399.544,45;
- (ii) Para o Exercício Social de 2018, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 116.924.085,17.

Os ajustes acima mencionados foram contabilizados nas contas de Reserva Especial e Reserva Legal (5%), essa última refere-se apenas ao Resultado do Exercício de 2018 da Companhia.

A partir de 2019 os efeitos relativos à adoção do CPC 47 serão excluídos do lucro líquido distribuível, sendo também contabilizados na conta de Reserva Especial, que, até 30 de setembro de 2019, possui o saldo de R\$ 199.585.223,18.

A fim de não comprometer o caixa e a alavancagem da Companhia, a conta de Reserva Especial será utilizada para futura distribuição de dividendos, tendo em vista que a adoção do CPC 47 não tem efeito caixa (a eficiência/ineficiência do projeto é contabilizada como margem de construção durante a fase de construção dos projetos com efeito puramente contábil no resultado em IFRS).



### 3.5. Receita Líquida IFRS

A Receita Líquida IFRS do 3T19 foi de R\$ 597,7 MM, 38,6% maior que o 3T18, devido principalmente ao aumento na receita de construção em R\$ 263,6 MM em função dos projetos em construção e reforços, compensado em parte pela queda na receita de correção monetária.

A Receita Líquida IFRS do 9M19 foi de R\$ 1.367,5 MM, 20,0% maior que o registrado no 9M18.

A partir da adoção do CPC 47 (IFRS 15), conforme explicado na seção 3.4, a mudança no reconhecimento do ativo de transmissão produz efeito na receita de construção que passa a contabilizar uma margem de construção, passando a gerar, portanto, impacto no lucro líquido da Companhia.

Considerando o reajuste inflacionário da receita assegurado no contrato de concessão, a Taesa contabiliza mensalmente a correção monetária do ativo contratual da concessão no resultado. Dessa forma, o efeito inflacionário é diluído mês a mês considerando-se a inflação em IGP-M ou IPCA verificada no mês anterior. Os índices utilizados para a correção monetária do terceiro trimestre de 2019 foram: IGP-M de 0,80%, 0,40% e -0,67% (acumulado +0,52%), e IPCA de 0,01%, 0,19% e 0,11% (acumulado +0,31%), referente aos meses de junho, julho e agosto de 2019, respectivamente. No terceiro trimestre de 2018, o IGP-M foi de 1,87%, 0,51% e 0,70% (acumulado +3,10%), e IPCA de 1,26%, 0,33% e -0,09% (acumulado +1,50%), referente aos respectivos meses de 2018.

#### Receita Operacional Líquida - IFRS (Consolidado)

	R\$ MM	3T19	3T18*	Var.%	9M19	9M18*	Var.%
Operação e manutenção		157,6	147,9	6,6%	449,6	427,2	5,3%
Remuneração do ativo contratual de concessão		128,5	130,5	-1,5%	377,9	382,3	-1,1%
Correção monetária do ativo contratual de concessão		17,2	105,7	-83,8%	128,9	278,5	-53,7%
Construção e indenização		354,6	91,0	289,8%	555,1	184,1	201,4%
<b>Total Receitas IFRS</b>		<b>657,8</b>	<b>475,0</b>	<b>38,5%</b>	<b>1.511,5</b>	<b>1.272,0</b>	<b>18,8%</b>
Parcela variável		(6,0)	2,2	n/a	(8,3)	(12,8)	-35,4%
Outras receitas operacionais		2,8	(1,6)	n/a	7,8	4,9	57,3%
<b>Receita operacional bruta</b>		<b>654,5</b>	<b>475,6</b>	<b>37,6%</b>	<b>1.511,0</b>	<b>1.264,2</b>	<b>19,5%</b>
PIS e COFINS		(39,2)	(24,3)	61,7%	(84,9)	(64,3)	32,0%
ISS		(0,04)	(0,04)	4,7%	(0,1)	(0,1)	-1,1%
ICMS		(0,02)	-	n/a	(0,05)	-	n/a
RGR, P&D, TFSEE, PROINFA e CDE		(17,5)	(20,0)	-12,8%	(58,4)	(60,3)	-3,0%
<b>Deduções da receita bruta</b>		<b>(56,8)</b>	<b>(44,4)</b>	<b>28,0%</b>	<b>(143,5)</b>	<b>(124,7)</b>	<b>15,1%</b>
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>597,7</b>	<b>431,2</b>	<b>38,6%</b>	<b>1.367,5</b>	<b>1.139,5</b>	<b>20,0%</b>

\* A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 30 de setembro de 2018 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 30 de setembro de 2019, em função da adoção do CPC 47 (vide seção 3.4).

A variação e a composição da receita líquida IFRS da Taesa refletem, principalmente, os seguintes aspectos:

- **Operação e manutenção:** O crescimento de 6,6% da receita de O&M na comparação anual se deve (i) ao reajuste inflacionário do ciclo 2019-2020, de 7,64% no IGP-M e 4,66% no IPCA, considerando a variação entre os períodos de julho de 2019 a junho de 2020, conforme Resolução Homologatória nº 2.565/19, (ii) à consolidação dos resultados da Brasnorte a partir de junho de 2019, e (iii) à reclassificação da receita de O&M, ocorrida no 3T18, referente ao seccionamento de linha na concessão TSN pela CHESF, na subestação Igaporã III.
- **Remuneração do ativo contratual de concessão:** Calculada pela multiplicação da taxa do projeto sobre o saldo do ativo contratual (contabilizada somente no período operacional da concessão). O resultado apresentado ficou praticamente em linha na comparação anual devido à amortização do saldo do ativo pelos recebimentos, que foi compensada pela consolidação dos resultados da Brasnorte a partir de junho somado ao efeito da correção monetária do ativo contratual nos últimos 12 meses.

- **Correção monetária do ativo contratual de concessão:** Baseada no reajuste mensal pela inflação. Entre o 3T19 e o 3T18, esta receita registrou uma redução de R\$ 88,6 MM em razão dos índices macroeconômicos registrados nos períodos comparados, conforme apresentado acima.
- **Construção e indenização:** Conforme explicado na seção 3.4, a partir da adoção do CPC 47 as eficiências geradas até então nos projetos em construção passam a ser contabilizadas como margem de construção nessa linha da receita. Lembrando que os juros de remuneração do ativo também são adicionados à receita de construção durante o período pré-operacional. O aumento anual de R\$ 263,6 MM se deve, principalmente, ao crescimento nos investimentos dos empreendimentos em construção, Janaúba e Sant'Ana, que registraram um aumento aproximado de R\$ 80 MM na receita de construção, e aos reforços nas concessões Novatrans, Miracema e Mariana. É importante destacar aqui que: (i) a margem de construção dos reforços de Novatrans, Miracema e Mariana passou a ser contabilizada a partir deste trimestre, gerando um impacto total no 3T19 de R\$ 129,9 MM, associado a todos os investimentos realizados nesses reforços até 30 de setembro de 2019; e (ii) os investimentos totais do empreendimento de Mariana ultrapassaram o limite de investimentos definidos no caso-base do leilão para o cálculo da sua margem de construção, portanto, a partir deste trimestre não há mais contabilização de receita de construção para Mariana associada ao seu custo de construção.
- **Parcela variável (PV):** Piora de R\$ 8,2 MM entre o 3T19 e o 3T18 devido aos eventos ocorridos no 3T19 em função das explosões atípicas de Transformador de Corrente (TC) modelo CTH 550 (R6 e R7) e às reversões de provisões ocorridas no 3T18. Para maiores detalhes vide seção 3.1.
- **Outras receitas operacionais:** O crescimento anual de R\$ 4,4 MM se deve, basicamente, (i) ao saldo negativo no 3T18 explicado pela reclassificação da receita de O&M referente ao seccionamento de linha na concessão TSN pela CHESF (subestação Iguaporã III) no ano passado, (ii) ao aumento da receita de CDE e PROINFA da concessão GTESA, e (iii) à consolidação do resultado da Brasnorte na Taesa.
- **Deduções da receita bruta:** O aumento de 28,0% na comparação anual ocorreu em função do PIS/COFINS que seguiu a elevação na receita bruta em IFRS (o tributo varia de acordo com cada concessão – vide seção 3.16).

### 3.6. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 225,4 MM no 3T19, 96,7% maior quando comparado ao 3T18.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 456,4 MM no 9M19, 68,1% maior quando comparado ao 9M18.

#### Custos, Despesas e D&A - IFRS (Consolidado)

	R\$ MM	3T19	3T18*	Var. %	9M19	9M18*	Var. %
Pessoal		(35,5)	(30,8)	15,3%	(98,1)	(92,2)	6,4%
Material		(168,0)	(61,7)	172,5%	(294,5)	(118,8)	147,9%
Serviço de terceiros		(13,8)	(13,9)	-1,1%	(41,0)	(38,3)	7,1%
Outros		(4,3)	(6,6)	-34,0%	(12,4)	(17,5)	-29,3%
<b>Total</b>		<b>(221,6)</b>	<b>(113,0)</b>	<b>96,2%</b>	<b>(446,0)</b>	<b>(266,8)</b>	<b>67,2%</b>
Depreciação e amortização		(3,8)	(1,7)	128,4%	(10,4)	(4,7)	118,8%
<b>Total</b>		<b>(225,4)</b>	<b>(114,6)</b>	<b>96,7%</b>	<b>(456,4)</b>	<b>(271,6)</b>	<b>68,1%</b>

\* A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 30 de setembro de 2018 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 30 de setembro de 2019, em função da adoção do CPC 47 (vide seção 3.4).

As variações nos custos IFRS foram ocasionadas principalmente pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 15,3% na comparação entre o 3T19 e o 3T18 é explicado, principalmente, pelo reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 7,23%, programa de meritocracia e promoções, preenchimento de vagas em aberto e consolidação da Brasnorte na Companhia. Cabe destacar que o reajuste salarial relativo ao

acordo coletivo segue o mesmo mix dos índices de inflação IGP-M e IPCA que reajustam a RAP das concessões da Taesa no respectivo ciclo da RAP. O reajuste de 7,23%, por exemplo, é resultado do mix dos índices de inflação do ciclo da RAP 2019-2020 (7,64% no IGP-M e 4,66% no IPCA).

- **Material:** O aumento de R\$ 106,3 MM entre o 3T19 e o 3T18 se deve, principalmente, à evolução dos empreendimentos em construção Janaúba, Mariana e Sant'Ana, e aos reforços das concessões Novatrans, Miracema e Mariana.
- **Serviços de terceiros:** O resultado ficou praticamente em linha na comparação com o 3T18.
- **Outros:** Essas despesas apresentaram uma queda de R\$ 2,3 MM quando comparadas ao 3T18, devido basicamente à adoção do CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, relativo às despesas de aluguéis que passaram a ser contabilizadas como despesas financeiras e depreciação, em contrapartida no balanço, nas linhas de Passivo de Arrendamento (CP e LP) e no Ativo Direito de Uso (LP).
- **Depreciação e amortização:** O aumento de 128,4% se deve à adoção do CPC 06 (IFRS 16) a partir de janeiro de 2019, onde foi registrado o valor de R\$ 1,6 MM referente à depreciação do Direito do Uso (taxa linear).

### 3.7. EBITDA e Margem EBITDA IFRS

EBITDA IFRS no 3T19 totalizou R\$ 376,1 MM com margem EBITDA de 62,9%. O aumento de 18,2% do EBITDA IFRS na comparação anual foi reflexo do aumento da margem de construção dos empreendimentos no montante de R\$ 128,0 MM, compensado em parte pela redução da receita de correção monetária.

O **EBITDA IFRS** não é uma medida que reflete a geração de caixa operacional da Companhia, uma vez que o padrão IFRS gera um descolamento entre DRE e Fluxo de Caixa.

#### EBITDA IFRS (Consolidado)

R\$ MM	3T19	3T18*	Var.%	9M19	9M18*	Var.%
Receita líquida	597,7	431,2	38,6%	1.367,5	1.139,5	20,0%
Custos e despesas	(221,6)	(113,0)	96,2%	(446,0)	(266,8)	67,2%
<b>EBITDA</b>	<b>376,1</b>	<b>318,3</b>	<b>18,2%</b>	<b>921,5</b>	<b>872,7</b>	<b>5,6%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>62,9%</b>	<b>73,8%</b>	<b>-10,9 pp</b>	<b>67,4%</b>	<b>76,6%</b>	<b>-9,2 pp</b>

\* A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 30 de setembro de 2018 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 30 de setembro de 2019, em função da adoção do CPC 47 (vide seção 3.4).

### 3.8. Combinação de Negócios (IFRS)

Em 30 de agosto de 2019, a Taesa adquiriu as ações da Bipar (acionista não-controlador) na Brasnorte, passando a deter 100% de participação na investida. Considerando que a Taesa já possuía o controle da Brasnorte e que a operação com a Bipar não gerou nenhuma alteração nesse sentido, a Companhia registrou o valor de R\$ 4,229 MM diretamente no patrimônio líquido relativo à diferença entre o valor justo da participação adquirida e o valor pago, conforme o CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.



### 3.9. Receita Líquida Regulatória

Receita Líquida Regulatória no 3T19 totalizou R\$ 331,9 MM, 8,4% menor que no 3T18, explicado pelo corte de 50% da RAP de algumas concessões.

Receita Líquida Regulatória no 9M19 somou R\$ 1.054,7 MM, apresentando uma redução anual de 11,7%.

A Receita Líquida Regulatória não é impactada pelo reconhecimento dos efeitos inflacionários descrito na seção 3.5 da Receita Líquida IFRS, visto que esse reconhecimento é uma definição contábil do IFRS sobre a correção monetária do ativo contratual que influencia, portanto, apenas a Receita Líquida IFRS. Por outro lado, a RAP é anualmente reajustada pela inflação a cada novo ciclo que se inicia em 1º dia de julho de cada ano e termina no 30º dia de junho do ano subsequente (vide seções 3.2).

A queda anual de 8,4% na linha da RAP foi ocasionada pelo efeito do corte de 50% da RAP nas concessões Novatrans, GTESA, PATESA, NTE e STE (maiores detalhes sobre os efeitos e as datas de corte nas seções 3.2 e 3.3), compensados em parte pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2019-2020 (7,64% em IGP-M e 4,66% em IPCA). Já a Parcela Variável (PV) apresentou um impacto de R\$ 8,2 MM entre o 3T19 e o 3T18 em função dos desligamentos ocorridos no 3T19 e das reversões de provisões contabilizadas no 3T18.

#### Receita Operacional Líquida - Regulatório (Consolidado)

	R\$ MM	3T19	3T18	Var.%	9M19	9M18	Var.%
RAP Concessionárias		375,9	399,8	-6,0%	1.181,8	1.331,4	-11,2%
PV		(6,0)	2,2	n/a	(8,3)	(12,8)	-35,4%
<b>Receita do Serviço</b>		<b>369,9</b>	<b>402,0</b>	<b>-8,0%</b>	<b>1.173,5</b>	<b>1.318,5</b>	<b>-11,0%</b>
Outras receitas operacionais		0,3	0,3	-22,4%	1,0	1,4	-29,1%
<b>Receita operacional bruta</b>		<b>370,1</b>	<b>402,3</b>	<b>-8,0%</b>	<b>1.174,5</b>	<b>1.319,9</b>	<b>-11,0%</b>
PIS e COFINS		(20,7)	(20,0)	3,4%	(61,1)	(64,8)	-5,7%
ISS		(0,04)	(0,0)	4,3%	(0,1)	(0,1)	-1,2%
ICMS		(0,0)	-	0,0%	(0,0)	-	0,0%
RGR, P&D, TFSEE, PROINFA e CDE		(17,48)	(20,0)	-12,8%	(58,4)	(60,3)	-3,0%
<b>Total Deduções</b>		<b>(38,2)</b>	<b>(40,1)</b>	<b>-4,7%</b>	<b>(119,7)</b>	<b>(125,2)</b>	<b>-4,4%</b>
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>331,9</b>	<b>362,2</b>	<b>-8,4%</b>	<b>1.054,7</b>	<b>1.194,7</b>	<b>-11,7%</b>

### 3.10. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 106,1 MM no 3T19, 5,7% maior quando comparado ao 3T18. Os custos de PMSO somaram R\$ 56,7 MM, registrando um aumento anual de 8,9%.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização nos nove meses de 2019 totalizaram R\$ 304,7 MM, 4,1% maior na comparação anual. Os custos de PMSO somaram no 9M19 R\$ 159,3 MM, registrando um aumento anual de 6,2%.

#### Custos, Despesas e D&A - Regulatório (Consolidado)

	R\$ MM	3T19	3T18	Var.%	9M19	9M18	Var.%
Pessoal		(35,5)	(30,8)	15,3%	(98,1)	(92,2)	6,4%
Material		(0,8)	(0,8)	5,2%	(1,5)	(1,9)	-20,1%
Serviço de terceiros		(13,8)	(13,9)	-1,1%	(41,0)	(38,3)	7,1%
Outros		(6,6)	(6,6)	0,3%	(18,6)	(17,5)	6,5%
<b>Total</b>		<b>(56,7)</b>	<b>(52,1)</b>	<b>8,9%</b>	<b>(159,3)</b>	<b>(149,9)</b>	<b>6,2%</b>
Depreciação e amortização		(49,4)	(48,3)	2,3%	(145,5)	(142,9)	1,8%
<b>Total</b>		<b>(106,1)</b>	<b>(100,4)</b>	<b>5,7%</b>	<b>(304,7)</b>	<b>(292,8)</b>	<b>4,1%</b>

As diferenças entre os Resultados Regulatórios e IFRS, na linha de custos, despesas e depreciação e amortização, são observadas nas despesas com material e em depreciação e amortização. O Resultado IFRS contabiliza o investimento na construção de novos ativos, reforços e melhorias, como despesas com material, ao mesmo tempo em que capitaliza a receita de construção no ativo contratual. Já o Resultado Regulatório deprecia o investimento imobilizado. Além disso, a partir da adoção do CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, em 2019, são também observadas diferenças nas linhas de Outros custos e despesas operacionais, entre os Resultados Regulatório e IFRS.

Os custos e despesas PMSO totalizaram R\$ 56,7 MM no 3T19 (+8,9% versus 3T18). Esse aumento é explicado pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 15,3% na comparação entre o 3T19 e o 3T18 é explicado, principalmente, pelo reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 7,23%, programa de meritocracia e promoções, preenchimento de vagas em aberto e consolidação da Brasnorte na Companhia. Cabe destacar que o reajuste salarial relativo ao acordo coletivo segue o mesmo mix dos índices de inflação IGP-M e IPCA que reajustam a RAP das concessões da Taesa no respectivo ciclo da RAP. O reajuste de 7,23%, por exemplo, é resultado do mix dos índices de inflação do ciclo da RAP 2019-2020 (7,64% no IGP-M e 4,66% no IPCA).
- **Material, Serviços de Terceiros e Outros** ficaram em linha na comparação com o 3T18.

## 3.11. EBITDA e Margem EBITDA Regulatório

O EBITDA Regulatório do 3T19 totalizou R\$ 275,2 MM, 11,3% inferior ao registrado no 3T18, com uma margem EBITDA de 82,9%. Essa redução é explicada pelo corte de 50% da RAP de algumas concessões e pelo aumento dos custos entre os períodos comparados.

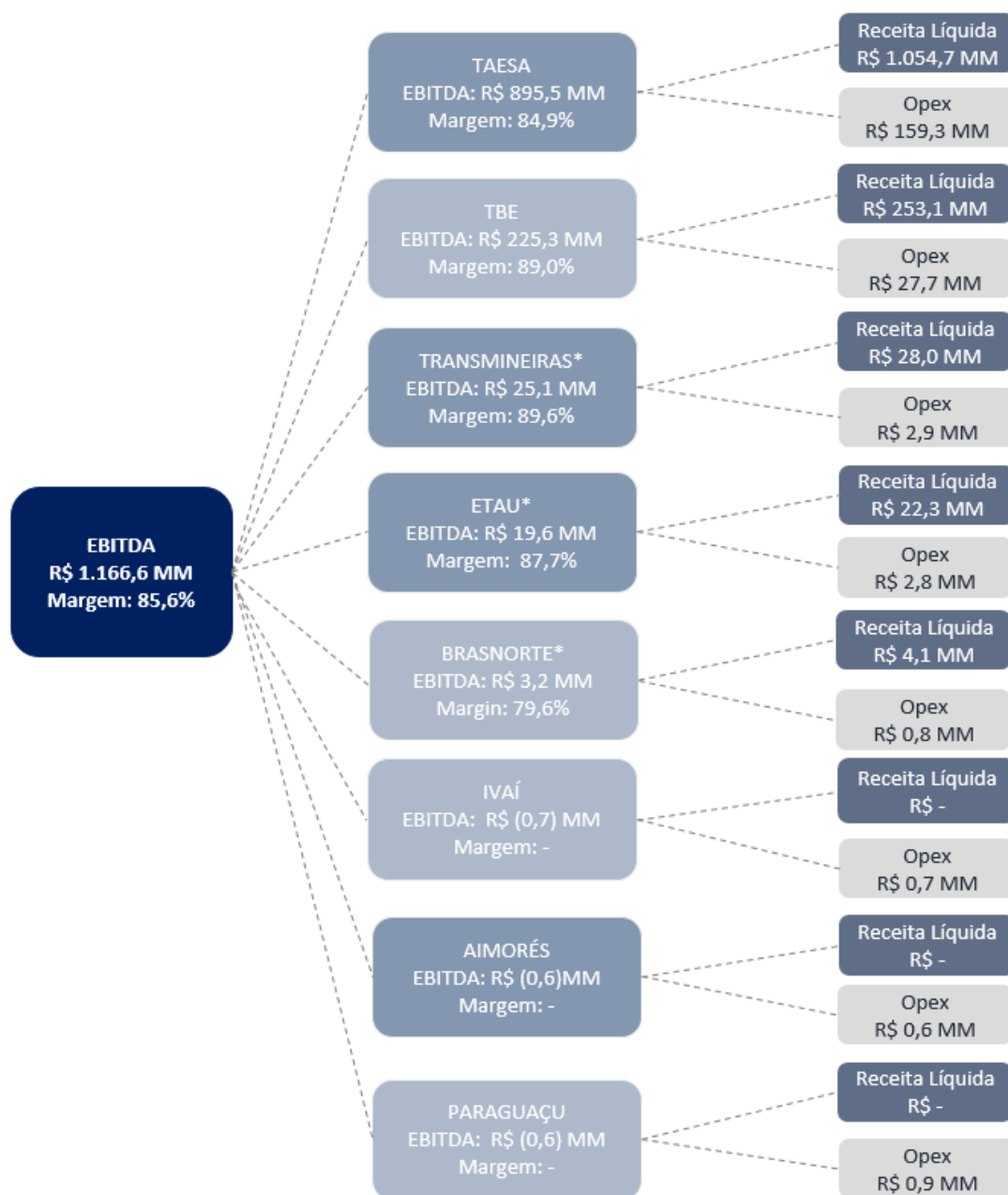
No setor de transmissão de energia, o **EBITDA Regulatório** é um importante indicador de desempenho operacional e financeiro, em virtude da sua aderência à geração de caixa operacional efetiva da Companhia.

### EBITDA Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	3T19	3T18	Var. %	9M19	9M18	Var. %
Receita líquida	331,9	362,2	-8,4%	1.054,7	1.194,7	-11,7%
Custos e despesas	(56,7)	(52,1)	8,9%	(159,3)	(149,9)	6,2%
<b>EBITDA</b>	<b>275,2</b>	<b>310,1</b>	<b>-11,3%</b>	<b>895,5</b>	<b>1.044,8</b>	<b>-14,3%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>82,9%</b>	<b>85,6%</b>	<b>-2,7 pp</b>	<b>84,9%</b>	<b>87,5%</b>	<b>-2,6 pp</b>

### 3.12. Composição do EBITDA Regulatório

O gráfico abaixo mostra como seria o EBITDA Regulatório dos primeiros nove meses de 2019, considerando todas as concessões do grupo Taesa proporcionalmente. É importante ressaltar que o resultado consolidado conforme as normas contábeis brasileiras não incluem as investidas em conjunto e coligadas (ETAU\*, Brasnorte\*, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí, Transmineiras\* e TBE).



\* Em função da conclusão da aquisição das participações da Eletrobras na ETAU, em 29/04/2019 e na Brasnorte e Transmineiras, em 31/05/2019, os valores destes ativos acima contemplam o resultado proporcional das participações de antes e depois da aquisição de cada ativo. Especificamente em relação a Brasnorte, devido à aquisição do controle do ativo, os valores contemplam apenas 5 meses de 2019, sendo o resultado da Brasnorte consolidado no resultado da Taesa a partir de junho de 2019. Vide seção 2.1 para maiores detalhes sobre as participações adquiridas.



### 3.13. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS

O Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS no 3T19 totalizou R\$ 80,2 MM, 2,1% menor que o registrado no 3T18. Já no 9M19, a Equivalência Patrimonial IFRS fechou em R\$ 204,8 MM, 8,6% menor do que o mesmo período de 2018.

#### Equivalência Patrimonial IFRS

R\$ MM	3T19	3T18*	Var. %	9M19	9M18*	Var. %
ETAU	5,9	2,1	176,4%	9,6	6,4	49,0%
Brasnorte	-	2,4	-100,0%	3,3	4,8	-32,6%
TBE	55,0	70,4	-21,9%	153,1	194,5	-21,3%
Aimorés	5,7	0,4	1191,3%	5,9	1,5	297,2%
Paraguaçu	8,9	0,5	1841,9%	14,4	1,2	1055,7%
Ivaí	2,5	1,4	83,1%	7,9	2,6	208,3%
Transmineiras	2,3	4,8	-51,8%	10,8	13,1	-17,8%
<b>Total Equivalência Patrimonial</b>	<b>80,2</b>	<b>82,0</b>	<b>-2,1%</b>	<b>204,8</b>	<b>224,1</b>	<b>-8,6%</b>

\* A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 30 de setembro de 2018 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 30 de setembro de 2019, em função da adoção do CPC 47 (vide seção 3.4).

A redução de 2,1% no resultado IFRS das investidas em conjunto e coligadas, na comparação entre o terceiro trimestre de 2019 e o mesmo período de 2018, ocorreu principalmente pela variação negativa na receita de correção monetária no resultado da TBE e Transmineiras, em função da queda dos índices macroeconômicos registrados nos períodos, que foi compensada pelos maiores investimentos nas concessões em construção (EDTE e ESTE, que fazem parte da TBE, Ivaí, Paraguaçu e Aimorés) cujas margens de construção impactam o resultado dos empreendimentos. Vale destacar que a partir de 31 de maio de 2019, com a aquisição da participação da Eletrobras na Brasnorte, a Companhia passou a consolidar os resultados da Brasnorte nas suas demonstrações de resultado.

### 3.14. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 3T19 totalizou R\$ 48,2 MM, 12,3% maior que o registrado no 3T18. Já no 9M19, a Equivalência Patrimonial Regulatória fechou em R\$ 146,7 MM, 5,9% menor do que o mesmo período de 2018.

#### Equivalência Patrimonial - Regulatório

R\$ MM	3T19	3T18	Var. %	9M19	9M18	Var. %
ETAU	4,2	2,7	55,8%	10,6	8,0	32,4%
Brasnorte	-	1,2	-100,0%	2,3	3,4	-32,3%
TBE	49,0	49,4	-0,9%	158,6	176,2	-10,0%
Aimorés	(0,1)	(0,2)	-36,2%	(0,5)	(0,5)	-4,9%
Paraguaçu	(0,2)	(0,1)	120,7%	(0,6)	(0,3)	84,9%
Ivaí	(0,2)	(0,1)	73,8%	(0,3)	(0,4)	-34,7%
Transmineiras	9,1	3,6	152,0%	17,4	10,4	67,6%
<b>Resultado das Controladas</b>	<b>61,9</b>	<b>56,6</b>	<b>9,4%</b>	<b>187,6</b>	<b>196,8</b>	<b>-4,7%</b>
Amortização do ágio - TBE	(13,6)	(13,6)	0,0%	(40,9)	(40,9)	0,0%
<b>Total Equivalência Patrimonial</b>	<b>48,2</b>	<b>42,9</b>	<b>12,3%</b>	<b>146,7</b>	<b>155,9</b>	<b>-5,9%</b>

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 3T19 apresentou um crescimento de 12,3% na comparação anual em função da conclusão da aquisição das participações da Eletrobras na ETAU e Transmineiras no 2T19, compensado parcialmente pelo efeito negativo nessa linha da consolidação da Brasnorte, conforme explicado anteriormente. Vale mencionar aqui que o corte de 50% na RAP em duas concessões da TBE (ENTE e ERTE) e a revisão tarifária na EBTE,

ambos ocorridos no ciclo 2019-2020, foram compensados pelo reajuste inflacionário na RAP de todas as concessões da TBE neste mesmo ciclo (7,64% IGP-M e 4,66% IPCA) – maiores detalhes sobre esses efeitos nas seções 3.2 e 3.3.

A diferença entre o Resultado de Equivalência Patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, Brasnorte, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí, Transmineiras e TBE é devido à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

### 3.15. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida IFRS totalizou R\$ 48,8 MM no 3T19, 22,6% menor em relação ao 3T18. Já a despesa financeira líquida regulatória totalizou R\$ 47,9 MM, 24,1% menor na comparação anual.

No 9M19 a despesa financeira líquida IFRS fechou em R\$ 184,6 MM, apresentando um aumento anual de 8,7%. A despesa financeira líquida regulatória alcançou R\$ 182,1 MM, 7,3% maior em relação ao 9M18.

Com a adoção do CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, a partir de 1º de janeiro de 2019, as despesas com aluguéis deixaram de ser contabilizadas como outras despesas operacionais, passando a ser contabilizadas como despesas financeiras (linha de “Arrendamento”) e depreciação, em contrapartida no balanço, nas linhas de Passivo de Arrendamento (CP e LP) e no Ativo Direito de Uso (LP). Portanto, a partir deste ano, o resultado financeiro IFRS apresentará diferença em relação ao resultado financeiro regulatório, somente na linha de “Arrendamento”.

#### Resultado Financeiro IFRS

	R\$ MM	3T19	3T18	Var.%	9M19	9M18	Var.%
<b>Receitas Financeiras</b>		<b>34,0</b>	<b>21,4</b>	<b>59,1%</b>	<b>74,8</b>	<b>45,9</b>	<b>62,8%</b>
Renda de aplicação financeira		34,0	21,4	59,1%	74,8	45,9	62,8%
<b>Despesas Financeiras</b>		<b>(82,8)</b>	<b>(84,5)</b>	<b>-1,9%</b>	<b>(259,3)</b>	<b>(215,7)</b>	<b>20,3%</b>
Juros incorridos		(67,4)	(49,8)	35,3%	(169,9)	(131,2)	29,5%
Variações monetárias e cambiais		(10,6)	(34,9)	-69,5%	(76,3)	(87,3)	-12,7%
Ajuste ao valor justo		(0,0)	(0,0)	n/a	(0,0)	6,0	n/a
Arrendamento		(0,9)	-	n/a	(2,4)	-	n/a
Outras despesas/receitas financeiras		(3,8)	0,2	n/a	(10,7)	(3,1)	241,7%
<b>Total IFRS</b>		<b>(48,8)</b>	<b>(63,1)</b>	<b>-22,6%</b>	<b>(184,6)</b>	<b>(169,7)</b>	<b>8,7%</b>

O aumento anual de 59,1% nas Receitas Financeiras ocorreu em razão do maior volume médio de caixa aplicado em função das captações neste ano (1ª emissão de debêntures de Janaúba e 6ª emissão de debêntures da Taesa) e da maior rentabilidade alcançada nas aplicações durante o 3T19 (taxa média de aplicação ficou acima de 104% do CDI).

O aumento de 35,3% na linha de juros incorridos se deve, principalmente, ao maior volume de dívida entre os períodos comparados, em função da 6ª emissão de debêntures da Taesa em maio de 2019 no montante de R\$ 1.060 MM e da 1ª emissão de debêntures de Janaúba em fevereiro de 2019 no montante de R\$ 224 MM.

A redução de 69,5% na linha de variações monetárias na comparação entre os trimestres ocorreu, basicamente, devido à queda do IPCA entre os períodos comparados (0,26% no 3T19 contra 0,72% no 3T18), indexador da 3ª, 4ª, 5ª e 6ª (2ª série) emissões de debêntures.

As despesas de arrendamento (IFRS apenas) de R\$ 0,9 MM no 3T19 se referem às despesas de juros, que passam a ser reconhecidas no resultado sobre o passivo de arrendamento, que reflete os pagamentos de aluguel.

Já aumento de R\$ 4,0 MM entre os trimestres de 2019 e 2018 na linha de outras despesas/receitas financeiras foi explicado, basicamente, pelo aumento das despesas de PIS/COFINS sobre as aplicações financeiras, maiores despesas com custódia de ações e redução das receitas financeiras referentes a atualizações de créditos tributários a recuperar.

### 3.16. Impostos

O aumento de 12,6% no Imposto de Renda e Contribuição Social em IFRS reconhecido no resultado, na comparação entre o 3T19 e o 3T18, é explicado pelo aumento anual de 20,3% no lucro antes dos impostos que foi compensado em parte pelo aumento do incentivo fiscal SUDAM/SUDENE, reflexo da alteração do cálculo do adicional do imposto de renda do lucro da exploração, que serve de base para o cálculo do benefício fiscal das concessões. O impacto total dessa alteração no incentivo fiscal SUDAM/SUDENE no trimestre foi de R\$ 15,2 MM, referentes aos exercícios de 2018 e 2019.

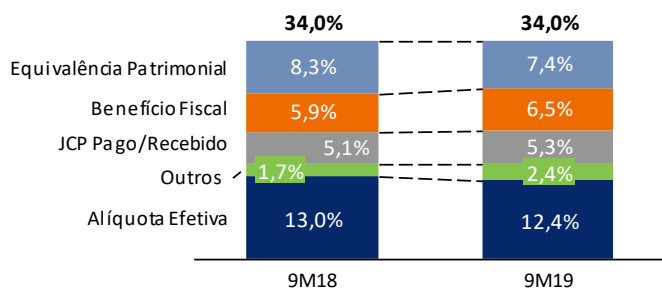
A linha de Outros é impactada pelo resultado das empresas com regime de lucro presumido. Portanto, ela é diretamente proporcional ao desempenho destas empresas.

	R\$ MM		IFRS			
Conciliação Imposto	3T19	3T18*	Var.%	9M19	9M18*	Var.%
Lucro antes do Impostos	403,8	335,5	20,3%	941,2	922,3	2,0%
IRPJ e CSLL alíquota de 34%	(137,3)	(114,1)	20,3%	(320,0)	(313,6)	2,0%
Equivalência Patrimonial	27,3	27,9	-2,1%	69,6	76,2	-8,6%
SUDAM/SUDENE	34,2	13,0	163,5%	61,5	54,1	13,6%
JCP Pago/Recebido	23,4	24,7	-5,3%	49,8	47,0	6,0%
Outros	6,5	7,8	-16,1%	22,7	16,0	41,6%
<b>IRPJ e CSLL reconhecido no resultado</b>	<b>(45,9)</b>	<b>(40,8)</b>	<b>12,6%</b>	<b>(116,4)</b>	<b>(120,2)</b>	<b>-3,2%</b>
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>-11,4%</b>	<b>-12,2%</b>	<b>0,8 pp</b>	<b>-12,4%</b>	<b>-13,0%</b>	<b>0,7 pp</b>

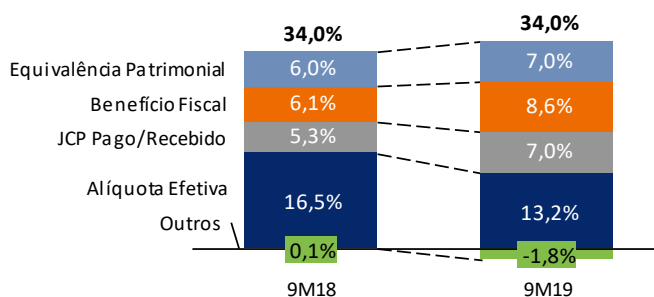
\* A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 30 de setembro de 2018 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 30 de setembro de 2019, em função da adoção do CPC 47 (vide seção 3.4).

	R\$ MM		Regulatório			
Conciliação Imposto	3T19	3T18	Var.%	9M19	9M18	Var.%
Lucro antes do Impostos	226,1	241,6	-6,4%	714,6	888,1	-19,5%
IRPJ e CSLL alíquota de 34%	(76,9)	(82,1)	-6,4%	(243,0)	(301,9)	-19,5%
Equivalência Patrimonial	16,4	14,6	12,3%	49,9	53,0	-5,9%
SUDAM/SUDENE	34,2	13,0	163,5%	61,5	54,1	13,6%
JCP Pago/Recebido	23,4	24,7	-5,3%	49,8	47,0	6,0%
Outros	(12,3)	0,6	n/a	(12,9)	1,3	n/a
<b>IRPJ e CSLL reconhecido no resultado</b>	<b>(15,3)</b>	<b>(29,3)</b>	<b>-48,0%</b>	<b>(94,6)</b>	<b>(146,5)</b>	<b>-35,4%</b>
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>-6,8%</b>	<b>-12,1%</b>	<b>5,4 pp</b>	<b>-13,2%</b>	<b>-16,5%</b>	<b>3,3 pp</b>

Alíquota Efetiva - IFRS



Alíquota Efetiva - Regulatório



A tabela abaixo mostra o regime fiscal de cada concessão, bem como indica aquelas que possuem benefício fiscal, a data de término do benefício e a alíquota de PIS e COFINS de cada concessão.

Concessão	Regime Fiscal	Benefício Fiscal	% Área	Fim	PIS	COFINS
TSN	"Real"	"Sudene"	84%	2023	0,65%	3,00%
NVT	"Real"	"Sudam"	73%	2023	0,65%	3,00%
GTESA	"Real"	"Sudene"	100%	2023	0,65%	3,00%
PATESA	"Real"	"Sudene"	100%	2025	0,65%	3,00%
Munirah	"Real"	"Sudene"	84%	2023	0,65%	3,00%
ETEO	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
NTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
STE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE I	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE II	"Real"	"Sudene"	85%	2026	1,65%	7,60%
ATE III	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
São Gotardo	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Mariana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Miracema	"Presumido"	"Sudam"	100%	2029	0,65%	3,00%
Janaúba	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
Aimorés	"Real"	"Sudene"	80%	2032	1,65%	7,60%
Paraguaçu	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
ETAU	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
BRASNORTE	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
EATE	"Real"	"Sudam"	100%	2023	0,65%	3,00%
ENTE	"Real"	"Sudam"	100%	2026	0,65%	3,00%
ECTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETEP	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ERTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
LUMITRANS	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EBTE	"Real"	"Sudam"	100%	2020	1,65%	7,60%
ESDE	"Presumido"	-	-	-	1,65%	7,60%
STC	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETSE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ESTE	"Real"	"Sudene"	22%	2032	1,65%	7,60%
IVAÍ	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSUDESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSLESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSIRAPÉ	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EDTE	"Real"	"Sudene"	100%	2029	1,65%	7,60%



O benefício fiscal SUDAM/SUDENE tem como base de cálculo o resultado IFRS de cada concessão. Esses benefícios são incentivos fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada e reduzem em 75% o Imposto de Renda devido na exploração das concessões de transmissão.

## **Regra de incidência de IRPJ e CSLL por regime fiscal**

**Lucro Real:** A empresa deve antecipar os tributos mensalmente, com base no faturamento mensal, sobre o qual aplicam-se percentuais predeterminados, de acordo com o enquadramento das atividades, para obter uma margem de lucro estimada sobre a qual recai o IRPJ e a CSLL. No final do ano, a pessoa jurídica levanta o balanço anual e apura o lucro real do exercício, calculando em definitivo o IRPJ e a CSLL e descontando as antecipações realizadas mensalmente. Eventualmente, as antecipações podem ser superiores aos tributos devidos, ocasionando um crédito em favor do contribuinte.

**Lucro Presumido:** O IRPJ e a CSLL pelo Lucro Presumido são apurados trimestralmente. A alíquota de cada tributo (IRPJ e CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável, dependendo da atividade. No caso da Taesa, as alíquotas de presunção de IRPJ e CSLL são 8% e 12%, respectivamente.

Com o surgimento da Lei 12.973/2014, a Companhia passou os anos de 2015 a novembro de 2017 contabilizando com a alíquota de presunção de 32%. Porém, baseada em jurisprudências recentes, a Companhia efetuou a reversão da provisão do IRPJ e CSLL na ETAU\* e em São Gotardo no 4T17, e passou a contabilizar utilizando as alíquotas anteriores (8% e 12%). O mesmo ocorreu para concessões do grupo TBE que adotam o Lucro Presumido.

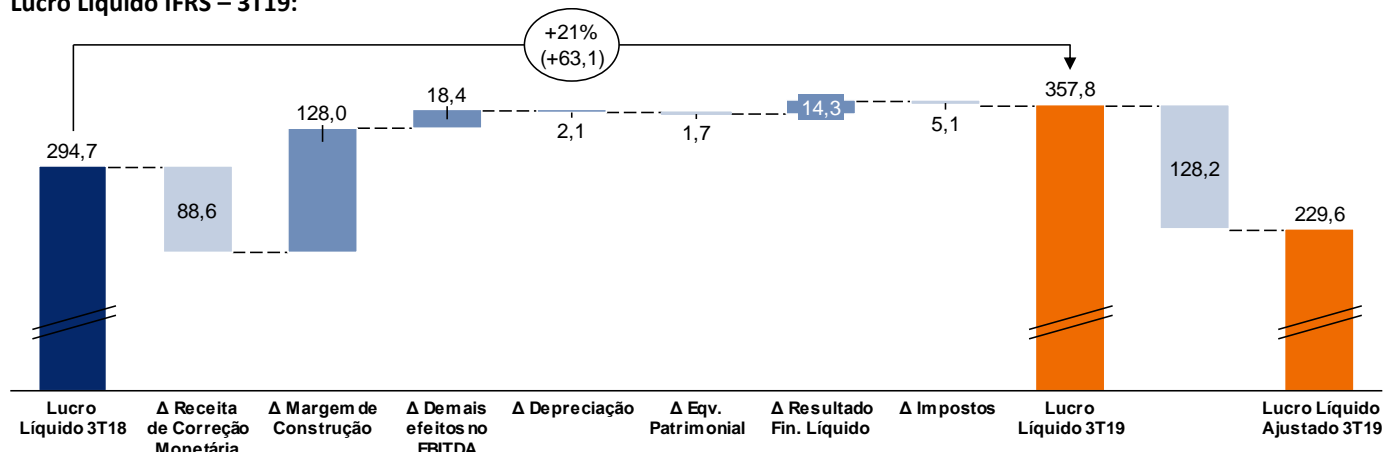
\* Em 2015 a ETAU utilizava o regime de Lucro Presumido. Porém, a partir de janeiro de 2016, optou pelo regime de Lucro Real, visando redução da carga tributária do IRPJ e CSLL, em razão da entrada em vigor da Lei nº 12.973/14.

### 3.17. Lucro Líquido

Lucro Líquido IFRS totalizou R\$ 357,8 MM no 3T19, 21,4% maior que o registrado no 3T18. Nos primeiros nove meses de 2019 o Lucro Líquido IFRS somou R\$ 824,8 MM, 2,8% maior na comparação com o 9M18.

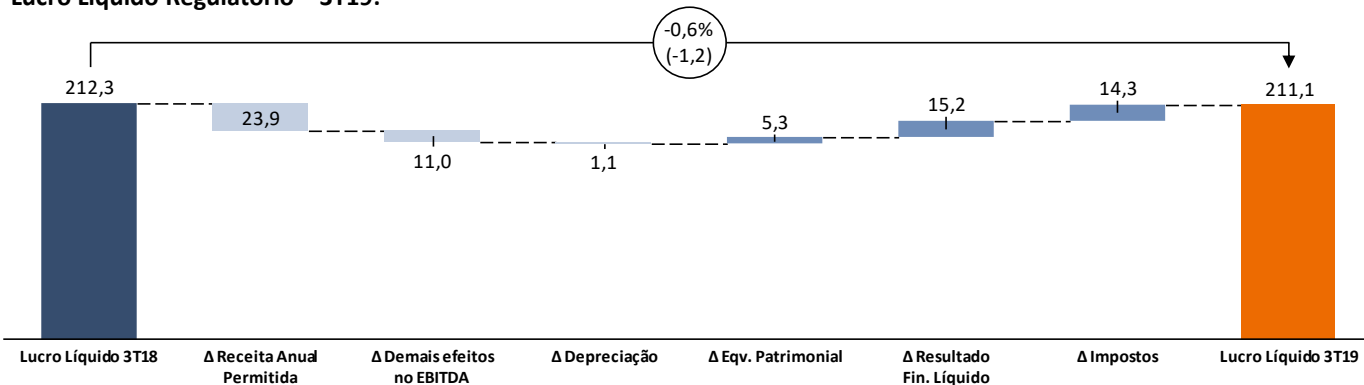
Lucro Líquido Regulatório somou R\$ 212,6 MM no 3T19, praticamente em linha com o registrado no 3T18. Já no 9M19 o Lucro Líquido Regulatório fechou em R\$ 621,5 MM, 16,2% menor que o mesmo período do ano anterior.

#### Lucro Líquido IFRS – 3T19:

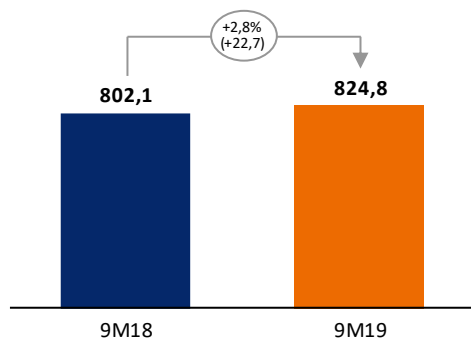


\* A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 30 de setembro de 2018 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 30 de setembro de 2019, em função da adoção do CPC 47 (vide seção 3.4).

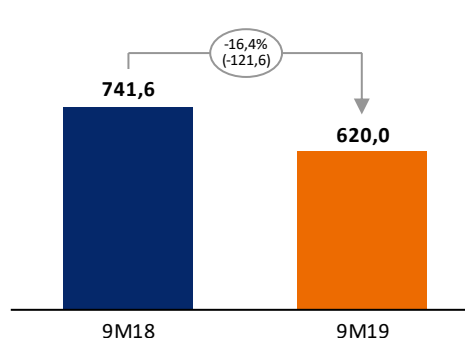
#### Lucro Líquido Regulatório – 3T19:



#### Lucro Líquido – IFRS: 9M18 x 9M19



#### Lucro Líquido – Regulatório: 9M18 x 9M19:



A partir da adoção do CPC 47 de 2018 em diante, a Companhia passou a antecipar um resultado estritamente contábil (sem efeito caixa) referente à eficiência da construção (vide seção 3.4 para maiores detalhes). Entretanto, para fins de distribuição de dividendos e com o intuito de manter o fluxo de dividendos que a Taesa vem historicamente pagando sem afetar a sua posição de caixa e sua alavancagem, a Companhia apresentará trimestralmente um lucro líquido ajustado excluindo os efeitos das margens de construção. Isto é, o lucro líquido ajustado se aproxima do método contábil utilizado anteriormente (ativo financeiro a custo amortizado). Consequentemente, a Companhia registrará uma reserva especial de lucro referente a estes ajustes, que poderá ser futuramente distribuída em forma de dividendos.

A partir da conclusão da aquisição pela Taesa da participação da Eletrobras na Brasnorte em 31 de maio de 2019, a Brasnorte deixa de ser uma coligada da Companhia e passa a ser sua controlada, com participação acionária total de 88,376%. Dessa forma, a Companhia iniciou a consolidação dos resultados da Brasnorte a partir desta data nas suas demonstrações de resultado, passando então a registrar a participação dos não-controladores da Brasnorte (11,624%) no lucro líquido da Taesa, valor este não distribuível aos acionistas da Companhia. Ainda em 30 de agosto de 2019, a Taesa adquiriu a participação de 11,624% da Brasnorte detida pela Bipar Energia, Telecomunicação e Indústria Metalúrgica S.A., passando a deter 100% do total das ações da Brasnorte.

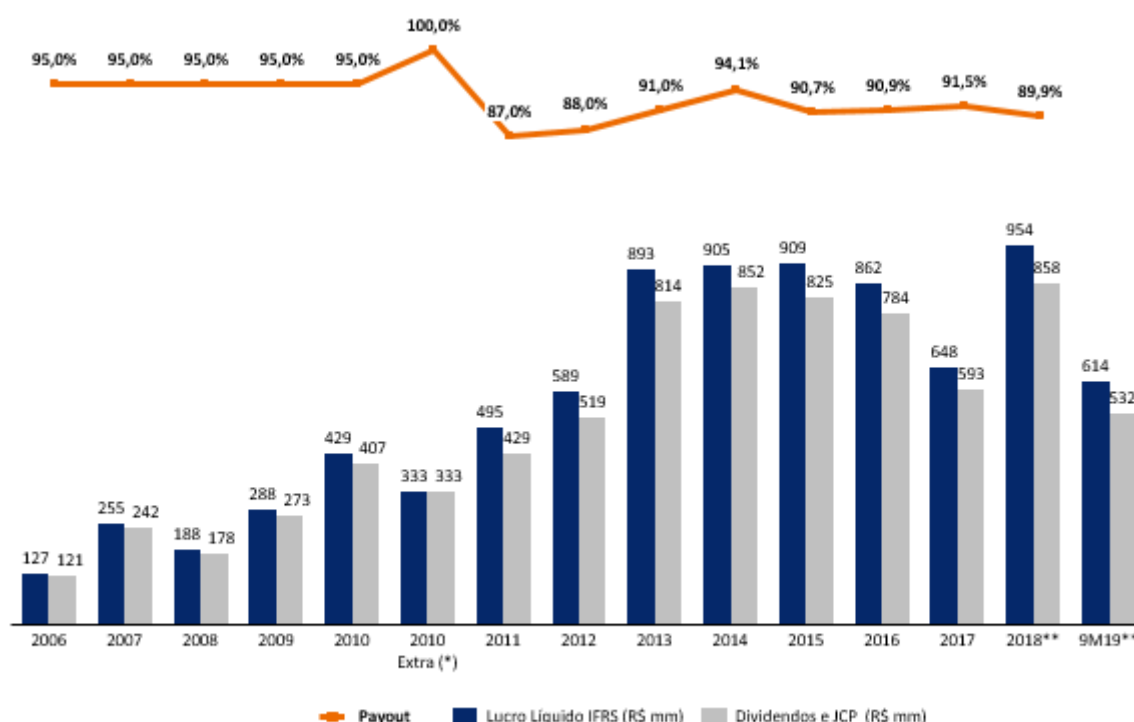
## DRE IFRS - Consolidado - 9M19

	R\$ mil	DRE (CPC 47)	Ajustes	DRE Ajustada
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>				
Operação e manutenção		449.607		449.607
Remuneração do ativo contratual de concessão		377.947	30.512	408.459
Correção monetária do ativo contratual de concessão		128.912		128.912
Construção e indenização		555.075	(261.843)	293.232
Outras receitas operacionais		7.762		7.762
Parcela variável		(8.289)		(8.289)
<b>TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		<b>1.511.014</b>	<b>(231.331)</b>	<b>1.279.683</b>
PIS e COFINS		(84.894)	16.442	(68.451)
ISS		(132)		(132)
ICMS		(45)		(45)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(58.447)		(58.447)
Outras deduções		-		-
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>		<b>(143.517)</b>	<b>16.442</b>	<b>(127.075)</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>		<b>1.367.496</b>	<b>(214.889)</b>	<b>1.152.608</b>
<b>CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS</b>				
Pessoal		(98.094)		(98.094)
Material		(294.534)	21.315	(273.219)
Serviços de terceiros		(40.999)		(40.999)
Depreciação e amortização		(10.375)		(10.375)
Outras despesas operacionais		(12.361)		(12.361)
<b>Custos e despesas</b>		<b>(456.362)</b>	<b>21.315</b>	<b>(435.047)</b>
<b>Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas</b>		<b>9.811</b>		<b>9.811</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>920.946</b>	<b>(193.574)</b>	<b>727.372</b>
Resultado de equivalência patrimonial		204.842	(62.657)	142.185
Renda de aplicação financeira		74.760		74.760
Despesas financeiras		(259.341)		(259.341)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(184.581)</b>	<b>-</b>	<b>(184.581)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>941.207</b>	<b>(256.231)</b>	<b>684.976</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social		(116.362)	46.141	(70.221)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>824.845</b>	<b>(210.090)</b>	<b>614.755</b>
<b>Participação dos acionistas controladores (Distribuível)</b>		<b>824.389</b>	<b>(210.090)</b>	<b>614.299</b>
Participação dos acionistas não-controladores		456		456
Reserva legal 5%		(41.219)	10.504	(30.715)
Reserva de incentivo fiscal		(51.562)		(51.562)
Reserva especial - adoção inicial CPC 47		(199.585)	199.585	-
<b>Lucro distribuível</b>		<b>532.022</b>		<b>532.022</b>
<b>Payout</b>		<b>64,5%</b>		<b>86,6%</b>

### 3.18. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

No dia 19 de agosto de 2019, a Taesa pagou R\$ 248,7 MM (R\$ 0,72200711343 / Unit), com base nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2019, divididos da seguinte forma: (i) R\$ 180,0 MM (R\$ 0,52256337852 / Unit) e (ii) juros sob capital próprio de R\$ 68,7 MM (R\$ 0,19944373491 / Unit).

Adicionalmente, com base nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, na data de hoje, a distribuição de (i) R\$ 121,2 MM (R\$ 0,35168834559 / Unit) a título de dividendos intercalares e (ii) R\$ 65,4 MM (R\$ 0,18980228634 / Unit) a título de juros sobre o capital próprio (JCP), totalizando R\$ 186,5 MM (R\$ 0,54149063193 / Unit). O pagamento referente a esta distribuição ocorrerá no dia 29 de novembro de 2019 com base na posição acionária de 19 de novembro de 2019.



\*Reserva do IFRS

\*\* Lucro Líquido Ajustado



### 3.19. Endividamento

No 3T19, a Dívida Bruta da Companhia totalizou R\$ 4.675,9 MM, praticamente em linha ao registrado no 2T19. O caixa da Companhia ficou em R\$ 2.057,3 MM, menor em 6,3% contra o 2T19, resultando em uma dívida líquida de R\$ 2.618,6 MM, com um crescimento de 4,9% no trimestre.

R\$ MM

Dívida Líquida	3T19	% Dív Bruta	2T19	% Dív Bruta	Var. %
<b>Curto Prazo</b>	<b>798,6</b>	<b>17,1%</b>	<b>538,4</b>	<b>13,7%</b>	<b>48,3%</b>
Taxa Fixa	9,0	0,2%	9,0	0,3%	0,1%
CDI	304,1	6,5%	40,1	0,8%	657,9%
IPCA	485,6	10,4%	489,3	12,6%	-0,8%
<b>Longo Prazo</b>	<b>3.877,3</b>	<b>82,9%</b>	<b>4.152,4</b>	<b>86,3%</b>	<b>-6,6%</b>
Taxa Fixa	22,1	0,5%	24,3	0,7%	-9,2%
CDI	791,2	16,9%	1.478,9	17,9%	-46,5%
IPCA	3.064,0	65,5%	2.649,2	67,7%	15,7%
<b>Endividamento Total</b>	<b>4.675,9</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.690,8</b>	<b>100,0%</b>	<b>-0,3%</b>
<b>(-) Caixa e Aplicações *</b>	<b>(2.057,3)</b>		<b>(2.195,3)</b>		<b>-6,3%</b>
<b>(=) Dívida Líquida</b>	<b>2.618,6</b>		<b>2.495,5</b>		<b>4,9%</b>

\* O valor do caixa é a soma das linhas Caixa e Equivalente de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários.

No terceiro trimestre de 2019 a dívida bruta totalizou R\$ 4.675,9 MM e o caixa R\$ 2.057,3 MM, resultando em uma dívida líquida de R\$ 2.618,6 MM. O aumento de 4,9% na dívida líquida é explicado por um saldo menor de caixa em função do pagamento de proventos aos acionistas no valor de R\$ 248 MM e de juros e amortizações no valor de R\$ 60 MM, compensado em parte pela geração de caixa operacional no trimestre.

Consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, o total da dívida bruta seria de R\$ 5.353,7 MM e o caixa de R\$ 2.328,8 MM, considerando os seguintes valores: (i) dívidas da TBE no montante de R\$ 584,1 MM e caixa/aplicações de R\$ 234,6 MM; (ii) dívidas da ETAU no valor de R\$ 21,8 MM e caixa/aplicações de R\$ 10,4 MM; e (iii) dívidas das Transmineiras no montante de R\$ 71,9 MM e caixa/aplicações de R\$ 26,4 MM. Lembrando que os valores de ETAU e Transmineiras contemplam a participação adquirida no Leilão Eletrobras nº 01/2018, conforme mencionado na seção 2.1.

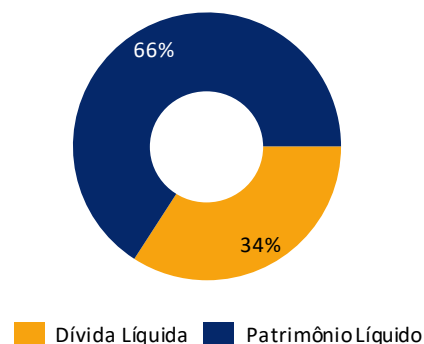
Considerando a dívida líquida proporcional das empresas controladas em conjunto e coligadas, a relação dívida líquida sobre EBITDA ficou em 2,0x no 3T19, acima ao registrado no 2T19 (1,8x). Desconsiderando o resultado das empresas controladas, esse indicador seria de 2,3x no 3T19 contra 2,1x do 2T19.

A dívida da Taesa, das investidas em conjunto e coligadas, está detalhada na tabela abaixo, proporcionalmente.

Dívida por Empresa (R\$ MM)

Empresa	Dívida Bruta R\$ MM	Caixa e Equiv. R\$ MM	Dívida Líquida R\$ MM
<b>TAESA</b>	4.675,9	2.057,3	2.618,6
<b>ETAU (75,6%)</b>	21,8	10,4	11,3
<b>TBE (49,99%)</b>	584,1	234,6	349,5
<b>Transmineiras (49%)</b>	71,9	26,4	45,5
<b>TOTAL</b>	<b>5.353,7</b>	<b>2.328,8</b>	<b>3.025,0</b>

Estrutura de Capital Taesa (Book Value)



Empresa	Credor	Índice	Principal (R\$ / mil)	Juros (R\$ / mil)	Custo	Rating da Emissão	Data Final	Amortização	Cupons por Ano
Taesa	3ª Debêntures	IPCA	782.420	36.250	IPCA + 4,85%	Br.AAA	Out/2020	Anual	1
		IPCA	1.039.073	50.650	IPCA + 5,10%	Br.AAA	Out/2024	Anual	1
	4ª Debêntures	CDI	285.096	648	105% do CDI	AAA.br	Set/2020	Bullet	1
	4ª Debêntures	IPCA	272.021	471	IPCA + 4.41%	AAA.br	Set/2024	Anual	1
	5ª Debêntures	IPCA	533.366	6.925	IPCA + 5.9526%	-	Jul/2025	Anual	1
	6ª Debêntures	CDI	439.283	17.361	108% do CDI	AAA.br	Mai/2026	Bullet	1
	6ª Debêntures	IPCA	200.155	4.071	IPCA + 5,50%	AAA.br	Mai/2044	Mensal	12
	SWAP - CITIBANK*	CDI	352.917	-	106.0% CDI	-	Set/2019	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (BR Partners)	CDI	100.956	-	3,995%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	100.941	-	3,99%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Itaú)	IPCA	50.164	-	3,94%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Br Partners)	IPCA	50.101	-	3,91%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	50.014	-	3,66%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (ABC)	IPCA	50.000	-	3,59%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	FINAME	pré-fix	257	1	5,50%	-	Jul/2022	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	8.250	8	2,50%	-	Dez/2022	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	264	1	6,00%	-	Ago/2024	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	14.277	16	3,00%	-	Jun/2023	Mensal	12
SGT	FINAME	pré-fix	7.951	8	2,50%	-	Dez/2022	Mensal	12
Janaúba	1ª Debêntures	IPCA	222.001	0	IPCA + 4,5% a.a.	-	Jul/2033	Trimestral	4
ETAU	1ª Debêntures	CDI	7.557	163	108% CDI	-	Dez/2019	Bullet	1
	BNDES	Selic	2.525	4	SELIC + 3.76%	-	Ago/2021	Mensal	12
	BNDES	TJLP	2.666	11	TJLP + 5.20%	-	Ago/2021	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	903	3	9,50%	-	Jan/2021	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	77	0	9,50%	-	Jan/2021	Mensal	12
	BNDES - GIRO	TJLP	7.768	76	TLP + 2,78% + 1,5% + 1,5%	-	Out/2023	Mensal	12
EATE	4ª Debêntures	CDI	18.696	176	109,75% CDI	-	Ago/2020	Trimestral	4
	5ª Debêntures - 1ª	CDI	18.881	77	113% CDI	-	Set/2019	Mensal	12
	5ª Debêntures - 2ª	CDI	8.092	33	116% CDI	-	Set/2021	Mensal	12
	6ª Debêntures	CDI	22.817	10	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
	7ª Debêntures	CDI	34.612	16	113,53 % CDI	-	Jun/2023	Mensal	12
	8ª Debêntures	CDI	134.595	1.497	108,60% CDI	0	Jul - 2024	Bullet	1
EBTE	1st Debentures	CDI	61.179	29	113,83% CDI	-	Nov - 2019	Monthly	12
EDTE	2ª Debêntures	IPCA	152.197	6.637	IPCA + 5,29%	-	Dez/2028	Semestral	2
ECTE	3ª Debêntures	CDI	2.097	25	CDI + 2,15%	-	Mai/2020	Trimestral	4
	4ª Debêntures	CDI	14.272	6	107,75% CDI	-	Set/ 2022	Mensal	12
	5ª Debêntures	CDI	9.501	106	108,60% CDI	-	Jul - 2024	Semiannual	2
ENTE	1ª Debêntures	CDI	29.166	274	CDI + 1.3%	Aa1.br	Mar/2016	Mensal	12
	2ª Debêntures	CDI	4.191	17	109,75% CDI	-	Ago/2020	Trimestral	4
	3ª Debêntures - 1ª	CDI	1.796	7	113% CDI	-	Set/2019	Trimestral	4
	3ª Debêntures - 2ª	CDI	24.874	277	116% CDI	-	Set/2021	Trimestral	4
ETEP	2ª Debêntures	CDI	8.113	76	109,75% CDI	-	Ago/2020	Trimestral	4
	3ª Debêntures	CDI	20.566	10	113,22% CDI	-	Jun/2023	Mensal	12
ETSE	BNDES	TJLP	5.674	17	TJLP + 2,02%	-	Nov/2028	Mensal	12
	BNDES	pré-fix	3.530	5	3,50%	-	Nov/2023	Mensal	12
TRANSLESTE	BDMG	pré-fix	6.533	33	10,00%	-	Mar/2025	Mensal	12
	BNB	pré-fix	2.016	10	9,50%	-	Mar/2025	Mensal	12
	1ª Debêntures	CDI	6.403	60	109,75% CDI	-	Ago/2020	Trimestral	4
	2ª Debêntures	CDI	14.624	7	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
TRANSIRAPÉ	BDMG	pré-fix	54	0	4,50%	-	Jul/2020	Mensal	12
	BDMG	pré-fix	5.059	7	3,50%	-	Jan/2024	Mensal	12
	BDMG	pré-fix	1.156	35	4,5% + TJLP	-	Abr/2021	Mensal	12
	BDMG	pré-fix	2.097	72	3,5% + TJLP	-	Out/2029	Mensal	12
	2ª Debentures	CDI	14.229	6	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
	BNDES	pré-fix	1.564	48	6,0% + TJLP	-	Abr/2026	Mensal	12
TRANSUDESTE	2ª Debêntures	CDI	17.894	8	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
Total			5.227.480	126.247					

\* A dívida foi captada em USD, indexada a Libor, mas como possui um swap para CDI, foi considerado o valor final da dívida com o saldo do swap.

### 3.20. Investimentos

No 9M19, a Companhia, suas controladas, investidas em conjunto e coligadas, investiram o total de R\$ 533,2 MM contra R\$ 95,5 MM investidos em 9M18, referentes aos empreendimentos em construção. O aumento de R\$ 437,8 MM entre os períodos comparados se deve aos maiores investimentos em todos os projetos, com destaque para EDTE que apresentou um aumento de R\$ 174,4 MM entre o 9M19 e o 9M18.

#### Projetos em construção

R\$ Mil	Custo de Construção (Capex)						TOTAL
	2014	2015	2016	2017	2018	9M19	
Mariana	2.619	4.751	21.181	38.106	22.797	37.065	126.519
Miracema			1.197	41.695	115.009	96.313	254.215
Janaúba				10.190	30.741	48.120	89.051
Aimorés				3.923	3.638	44.651	52.212
Paraguaçu				5.750	4.611	64.273	74.634
Ivaí				8.662	12.740	42.632	64.035
ESTE				868	4.546	4.610	10.024
EDTE					14.635	183.385	198.019
Sant'Ana						12.188	12.188
<b>Total</b>	<b>2.619</b>	<b>4.751</b>	<b>22.378</b>	<b>109.195</b>	<b>208.716</b>	<b>533.238</b>	<b>880.896</b>

Obs: Os valores apresentados na tabela acima consideram os custos de construção em cada um dos projetos pelo regime de competência, em linha com o Resultado em IFRS divulgado pela Companhia. O ajuste na linha de custos de construção gerado pela adoção do CPC 47, relativo ao tratamento de adiantamento com fornecedores até 31 de dezembro de 2017, foi lançado na conta de reserva especial do exercício social de 2018 (PL). Para fins do acompanhamento na tabela acima, este impacto foi adicionado ao valor de investimentos de cada projeto no ano de 2017.

### 3.21. Projetos em Construção

A Companhia possui atualmente 9 empreendimentos em construção com um investimento total de R\$ 5.595 MM e uma RAP de R\$ 1.008 MM (ciclo 2019-2020). Considerando apenas a participação da Taesa nessas concessões, o montante a ser investido é de R\$ 3.774 MM com uma RAP proporcional de R\$ 672 MM. São eles:

Leilões	Empreendimento	Extensão/ Localização	Parceria	RAP (ciclo 2019-20) R\$ MM	Capex ANEEL R\$ MM	Assinatura do Contrato	Prazo de Conclusão ANEEL
Leilão 013/2013 (Dez/13)	Mariana (Lote A)	85 km / Minas Gerais	100% Taesa	15,4	107	mai/14	fev/20*
Leilão 013/2015 (Abr/16)	Miracema (Lote P)	90 km / Tocantins	100% Taesa	65,0	276	jun/16	dez/19
	EDTE (Lote M)	167 km / Bahia	25% Taesa 25% Apollo 12 50% ENTE	69,2	368	dez/16	dez/19
Leilão 013/2015 2º Parte (Out/16)	ESTE (Lote 22)	236 km / Minas Gerais e Espírito Santo	50% Taesa 50% Alupar (100% EATE-TBE)	112,2	486	fev/17	fev/22
	Janaúba (Lote 17)	542 km / Bahia e Minas Gerais	100% Taesa	194,1	960	fev/17	fev/22
	Aimorés (Lote 4)	208 km / Minas Gerais	50% Taesa 50% CTEEP	79,4	341	fev/17	fev/22
	Paraguaçu (Lote 3)	338 km / Bahia e Minas Gerais	50% Taesa 50% CTEEP	118,5	510	fev/17	fev/22
Leilão 005/2016 (Abr/16)	Ivaí (Ex-ERB1) (Lote 1)	600 km / Paraná	50% Taesa 50% CTEEP	294,0	1.937	ago/17	ago/22
Leilão 004/2018 Dez/18	Sant'Ana (Lote 12)	591 km / Rio Grande de Sul	100% Taesa	60,7	610	mar/19	mar/23
<b>TOTAL</b>		<b>2.858 km</b>		<b>R\$ 1.008 MM</b>	<b>R\$ 5.595 MM</b>		

\* Prazo previsto pela Companhia

## Status dos Projetos

### Mariana

- Licença Prévia (LP) emitida em maio de 2016.
- Licenças de Instalação e Operação (LI e LO) emitidas em dezembro de 2018.
- Avanço físico em 82%.
- Energização prevista para fevereiro de 2020.

### Miracema

- Todas as licenças ambientais adquiridas: LI's e LP's das LT 500kV, LT 230kV, SE Palmas, SE Lajeado e SE Miracema.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDAM em setembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- O trecho LT Miracema – Lajeado (circuito 2), tensão de 500kV e 30 km de extensão, foi energizado em setembro de 2019.
- Avanço físico em 97%.
- Energização dos demais trechos prevista para dezembro de 2019.

### EDTE

- Licença Prévia (LP) emitida em junho de 2018.
- 2ª emissão de Debêntures da EDTE em dezembro de 2018.
- Licença de Instalação (LI) emitida em janeiro de 2019.
- Avanço físico em 72%.
- Energização prevista para dezembro de 2019.

### ESTE

- Projeto básico protocolado na ANEEL e já aprovado no ONS.
- Licença Prévia (LP) emitida em janeiro de 2019.
- Licença de Instalação (LI) emitida em outubro de 2019.
- Avanço físico em 4%.

### Janaúba

- Projeto básico aprovado pela ANEEL/ONS para subestações e para as linhas de transmissão.
- Finalizadas as atividades de implantação de traçado / topografia.
- Licença Prévia (LP) emitida em setembro de 2018.
- Contrato de financiamento assinado junto ao BNB em setembro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em setembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- 1ª emissão de debêntures de Janaúba em janeiro de 2019.
- Licença de Instalação (LI) emitida em julho de 2019.
- Avanço físico em 15%.

### Aimorés

- Projeto básico aprovado pela ANEEL.
- Licença Prévia (LP) emitida em outubro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em dezembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Licença de Instalação (LI) emitida em abril de 2019.
- Avanço físico em 43%.



## **Paraguaçu**

- Projeto básico aprovado pela ANEEL.
- Licença Prévia (LP) emitida em outubro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em dezembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Licença de Instalação (LI) emitida em maio de 2019.
- Avanço físico em 44%.

## **Ivaí**

- Projeto básico protocolado na ANEEL.
- Protocolado EIA/RIMA junto ao IAP.
- Licença Prévia (LP) para as instalações de 230 kV emitida em setembro de 2018.
- Alteração da denominação social de Elétricas Reunidas do Brasil S.A. (ERB1) para Interligação Elétrica Ivaí S.A.
- Licença de Instalação (LI) emitida para SE Sarandi de 525/230 kV em abril de 2019, SE Paranavaí Norte - 230/138 kV em maio de 2019, LT 230 kV Sarandi - Paranavaí Norte em junho de 2019, e para SEs de Londrina de 525 kV, Foz do Iguaçu de 525 kV e Guaíra de 525 kV/230 kV e LT 525 kV Sarandi - Londrina em agosto de 2019.
- Avanço físico em 24%.

## **Sant'Ana**

- Constituição da empresa Sant'Ana Transmissora de Energia S.A. em janeiro de 2019.
- Assinatura do contrato de concessão em 22 de março de 2019.
- Licenças Prévia e de Instalação (LPI) emitidas para SEs Livramento 3 e Maçambará 3, ambas de 230kV, em outubro de 2019.

## 4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 4.1. Receita IFRS por concessão

A Receita de **Remuneração do Ativo Contratual** é o resultado da multiplicação do saldo do Ativo pela Taxa Mercado. A **Correção Monetária do Ativo Contratual** é o reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários. A **Receita de O&M** é um valor anualmente ajustado pela inflação (IGP-M ou IPCA), da mesma forma que a RAP. A **Parcela Variável (PV)** é a penalidade decorrente da indisponibilidade das linhas (ver detalhe na seção 3.1). Todas as contas de receita acima mencionadas são referentes ao período operacional das concessões.

No DRE, a **Remuneração do Ativo Contratual**, a **Correção Monetária do Ativo Contratual**, a **Receita de Construção** e a **Receita de O&M** são contabilizadas na Receita, como mostrado na tabela abaixo.

Receita IFRS					
R\$ MM					3T19
Concessão	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo C.	Construção	O&M	PV
NVT	37,2	3,7	161,8	31,3	(1,0)
TSN	14,6	1,7	28,2	58,6	(1,0)
MUNIRAH	1,7	0,2	0,0	3,9	-
GTESA	0,6	0,1	0,0	0,4	-
PATESA	1,9	0,4	0,0	1,3	-
ETEO	8,8	1,5	0,0	11,9	-
NTE	10,4	1,2	0,2	9,7	(1,0)
STE	6,2	0,6	0,4	4,2	-
ATE	13,4	2,2	0,1	7,4	-
ATE II	18,2	3,4	1,6	16,7	-
ATE III	9,0	1,3	2,4	11,2	(4,0)
SÃO GOTARDO	0,8	0,2	-	0,2	-
MARIANA	-	-	5,1	-	-
MIRACEMA	-	-	68,2	-	-
JANAÚBA	-	-	73,6	-	-
SANT'ANA	-	-	13,0	-	-
ETAU	1,1	6,4	0,0	2,1	(0,1)
BRASNORTE	5,6	0,7	-	0,6	-
AIMORÉS	-	-	21,5	-	-
PARAGUAÇÚ	-	-	47,3	-	-
IVAÍ	-	-	17,2	-	-
EATE	13,8	3,9	-	5,3	(0,1)
EBTE	4,1	1,0	(0,1)	2,2	0,0
ECTE	1,1	0,3	-	0,4	-
EDTE	-	-	112,4	-	-
ENTE	7,9	2,3	-	2,7	(0,5)
ERTE	1,8	0,6	-	1,0	-
ESDE	1,0	0,2	-	15,6	(0,1)
ESTE	-	-	3,2	-	-
ETEP	2,9	0,8	-	1,7	(0,1)
ETSE	0,6	0,1	-	0,1	-
LUMITRANS	0,9	0,3	-	0,4	(0,0)
STC	1,0	0,2	-	0,6	(0,0)
TRANSIRAPE	1,6	0,3	-	0,5	-
TRANSESTE	0,3	0,3	-	0,4	-
TRANSUDESTE	1,3	0,4	-	0,4	-
<b>Total</b>	<b>167,9</b>	<b>34,4</b>	<b>556,1</b>	<b>190,8</b>	<b>(7,8)</b>

## 4.2. Movimentação do Ativo Contratual



R\$ MM								
Concessão	Taxa Anual	Ativo Contratual 2T19	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo C.	Construção	O&M	RAP	Ativo Contratual 3T19
NOVATRANS	17,1%	983,0	37,2	3,7	161,8	31,3	(73,2)	1.143,7
TSN	10,2%	607,6	14,6	1,7	28,2	58,6	(76,0)	634,6
MUNIRAH	12,4%	61,5	1,7	0,2	0,0	3,9	(16,1)	51,3
GTESA	11,0%	25,0	0,6	0,1	0,0	0,4	(1,7)	24,4
PATESA	7,8%	104,8	1,9	0,4	0,0	1,3	(3,2)	105,3
ETEO	10,4%	355,1	8,8	1,5	0,0	11,9	(12,9)	364,5
NTE	14,7%	302,7	10,4	1,2	0,2	9,7	(11,9)	302,7
STE	10,4%	251,1	6,2	0,6	0,4	4,2	(8,0)	254,5
ATE	9,6%	588,0	13,4	2,2	0,1	7,4	(34,4)	576,6
ATE II	8,4%	910,7	18,2	3,4	1,6	16,7	(48,0)	902,6
ATE III <sup>1</sup>	6,7%	559,2	9,0	1,3	2,4	11,2	(23,4)	559,7
ETAU	3,5%	85,9	1,1	6,4	0,0	2,1	(6,2)	89,4
BRASNORTE	7,1%	220,2	5,6	0,7	-	0,6	(8,3)	218,8
SÃO GOTARDO	5,0%	65,7	0,8	0,2	-	0,2	(1,2)	65,7
MARIANA <sup>12</sup>	4,6%	180,6	-	-	5,1	-	-	185,7
MIRACEMA <sup>12</sup>	10,3%	413,7	-	-	68,2	-	-	481,9
JANAÚBA <sup>12</sup>	8,3%	99,1	-	-	73,6	-	-	172,7
SANT'ANNA <sup>12</sup>	8,0%	0,3	-	-	13,0	-	-	13,2
AIMORÉS <sup>12</sup>	8,3%	58,3	-	-	21,5	-	-	79,8
PARAGUAÇU <sup>12</sup>	8,8%	49,6	-	-	47,3	-	-	96,9
IVAI <sup>12</sup>	9,3%	96,9	-	-	17,2	-	-	114,1
EATE	6,6%	861,5	13,8	3,9	-	5,3	(30,6)	853,9
EBTE	4,4%	376,5	4,1	1,0	(0,1)	2,2	(8,8)	374,9
ECTE	6,1%	73,3	1,1	0,3	-	0,4	(2,5)	72,6
EDTE <sup>12</sup>	10,3%	103,9	-	-	112,4	-	-	216,3
ENTE	5,9%	543,5	7,9	2,3	-	2,7	(25,5)	530,9
ERTE	5,3%	137,0	1,8	0,6	-	1,0	(4,9)	135,5
ESDE <sup>1</sup>	6,6%	63,6	1,0	0,2	-	15,6	(17,0)	63,4
ESTE <sup>12</sup>	17,2%	12,4	-	-	3,2	-	-	15,7
ETEP	6,4%	184,7	2,9	0,8	-	1,7	(6,9)	183,2
ETSE	5,6%	45,8	0,6	0,1	-	0,1	(1,0)	45,7
LUMITRANS	5,1%	69,9	0,9	0,3	-	0,4	(3,0)	68,5
STC <sup>1</sup>	4,9%	81,4	1,0	0,2	-	0,6	(3,4)	79,8
TRANSIRAPE	9,6%	85,1	1,6	0,3	-	0,5	(3,5)	84,0
TRANSLESTE	9,6%	87,8	0,3	0,3	-	0,4	(5,6)	83,2
TRANSUDESTE	9,6%	69,5	1,3	0,4	-	0,4	(3,5)	68,0
<b>Total</b>		<b>8.814,9</b>	<b>167,9</b>	<b>34,4</b>	<b>556,1</b>	<b>190,8</b>	<b>(440,7)</b>	<b>9.313,9</b>

<sup>1</sup> As RAPs precisam ser adicionadas de PIS/COFINS

<sup>2</sup> em construção

### 4.3. DRE 3T19

#### DRE

	R\$ mil	IFRS			Regulatório		
		3T19	3T18*	Var	3T19	3T18	Var
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>							
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	-	375.850	399.772	-6,0%
Operação e manutenção	157.577	147.889	6,6%	-	-	-	0,0%
Remuneração do ativo contratual de concessão	128.472	130.451	-1,5%	-	-	-	0,0%
Correção monetária do ativo contratual de concessão	17.152	105.703	-83,8%	-	-	-	0,0%
Construção e indenização	354.561	90.967	289,8%	-	-	-	0,0%
Outras receitas operacionais	2.754	(1.600)	-	250	322	-22,4%	
Parcela variável	(5.974)	2.185	-	(5.974)	2.185	-	
<b>TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>654.541</b>	<b>475.595</b>	<b>37,6%</b>	<b>370.126</b>	<b>402.280</b>	<b>-8,0%</b>	
PIS e COFINS	(39.249)	(24.268)	61,7%	(20.694)	(20.018)	3,4%	
ISS	(44)	(42)	4,7%	(44)	(42)	4,3%	
ICMS	(18)	-	0,0%	(18)	-	0,0%	
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(17.480)	(20.047)	-12,8%	(17.480)	(20.047)	-12,8%	
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>	<b>(56.791)</b>	<b>(44.357)</b>	<b>28,0%</b>	<b>(38.235)</b>	<b>(40.107)</b>	<b>-4,7%</b>	
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>597.750</b>	<b>431.238</b>	<b>38,6%</b>	<b>331.891</b>	<b>362.172</b>	<b>-8,4%</b>	
Pessoal	(35.522)	(30.802)	15,3%	(35.522)	(30.802)	15,3%	
Material	(167.996)	(61.655)	172,5%	(797)	(758)	5,2%	
Serviços de terceiros	(13.778)	(13.927)	-1,1%	(13.778)	(13.927)	-1,1%	
Outras despesas operacionais	(4.341)	(6.579)	-34,0%	(6.597)	(6.579)	0,3%	
<b>Custos e Despesas</b>	<b>(221.637)</b>	<b>(112.963)</b>	<b>96,2%</b>	<b>(56.694)</b>	<b>(52.065)</b>	<b>8,9%</b>	
Depreciação e amortização	(3.791)	(1.660)	128,4%	(49.446)	(48.328)	2,3%	
<b>Custos, Despesas e D&amp;A</b>	<b>(225.428)</b>	<b>(114.623)</b>	<b>96,7%</b>	<b>(106.140)</b>	<b>(100.393)</b>	<b>5,7%</b>	
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>372.322</b>	<b>316.615</b>	<b>17,6%</b>	<b>225.751</b>	<b>261.779</b>	<b>-13,8%</b>	
Resultado de equivalência patrimonial	80.241	81.976	-2,1%	48.207	42.913	12,3%	
Renda de aplicação financeira	34.019	21.389	59,1%	34.019	21.389	59,1%	
Despesas financeiras	(82.826)	(84.467)	-1,9%	(81.883)	(84.467)	-3,1%	
Empréstimos e financiamentos	(33.361)	(9.825)	239,5%	(33.361)	(9.825)	239,5%	
- Juros incorridos	(3.646)	(3.417)	6,7%	(3.646)	(3.416)	6,7%	
- Variações monetárias	-	-	0,0%	-	(0)	-100,0%	
- Variação cambial	(29.035)	(15.488)	87,5%	(29.035)	(15.489)	87,5%	
- Ajuste ao valor justo	(680)	9.080	-	(680)	9.079	-	
Instrumentos financeiros derivativos	24.245	3.617	570,3%	24.245	3.616	570,4%	
- Juros incorridos	(1.631)	(2.791)	-41,6%	(1.631)	(2.793)	-41,6%	
- Variação cambial	29.035	15.488	87,5%	29.035	15.489	87,5%	
- Ajuste ao valor justo	(2.502)	(9.080)	-72,4%	(2.502)	(9.079)	-72,4%	
Debêntures	(68.921)	(78.443)	-12,1%	(68.921)	(78.443)	-12,1%	
- Juros incorridos	(62.115)	(43.584)	42,5%	(62.115)	(43.584)	42,5%	
- Variações monetárias	(9.988)	(34.859)	-71,3%	(9.988)	(34.859)	-71,3%	
Despesa Financeira – Arrendamento	(943)	-	0,0%	-	-	0,0%	
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(3.847)	184	-	(3.847)	185	-	
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(48.807)</b>	<b>(63.078)</b>	<b>-22,6%</b>	<b>(47.864)</b>	<b>(63.078)</b>	<b>-24,1%</b>	
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	<b>403.757</b>	<b>335.513</b>	<b>20,3%</b>	<b>226.094</b>	<b>241.615</b>	<b>-6,4%</b>	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(45.917)	(40.781)	12,6%	(15.041)	(29.334)	-48,7%	
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>357.840</b>	<b>294.732</b>	<b>21,4%</b>	<b>211.053</b>	<b>212.281</b>	<b>-0,6%</b>	
<b>Participação dos acionistas não-controladores</b>	<b>229</b>	<b>-</b>	<b>0,0%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,0%</b>	
<b>EBITDA</b>	<b>376.113</b>	<b>318.275</b>	<b>18,2%</b>	<b>275.197</b>	<b>310.107</b>	<b>-11,3%</b>	
<b>Margem EBITDA</b>	<b>62,9%</b>	<b>73,8%</b>	<b>-10,9 pp</b>	<b>82,9%</b>	<b>85,6%</b>	<b>-2,7 pp</b>	

\* A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 30 de setembro de 2018 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 30 de setembro de 2019.



#### 4.4. DRE 9M19

##### DRE

	R\$ mil	IFRS			Regulatório		
		9M19	9M18*	Var	9M19	9M18	Var
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>							
Disponibilização do sistema de transmissão	(0)	(0)	-		1.181.799	1.331.372	-11,2%
Operação e manutenção	449.607	427.170	5,3%		-	-	0,0%
Remuneração do ativo contratual de concessão	377.947	382.271	-1,1%		-	-	0,0%
Correção monetária do ativo contratual de concessão	128.912	278.459	-53,7%		-	-	0,0%
Construção e indenização	555.075	184.148	201,4%		-	-	0,0%
Outras receitas operacionais	7.762	4.934	57,3%		962	1.357	-29,1%
Parcela variável	(8.289)	(12.830)	-35,4%		(8.289)	(12.830)	-35,4%
<b>TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>1.511.014</b>	<b>1.264.152</b>	<b>19,5%</b>		<b>1.174.472</b>	<b>1.319.899</b>	<b>-11,0%</b>
PIS e COFINS	(84.894)	(64.297)	32,0%		(61.107)	(64.812)	-5,7%
ISS	(132)	(133)	-1,1%		(132)	(133)	-1,2%
ICMS	(45)	-	0,0%		(45)	-	0,0%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(58.447)	(60.254)	-3,0%		(58.447)	(60.254)	-3,0%
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>	<b>(143.517)</b>	<b>(124.684)</b>	<b>15,1%</b>		<b>(119.731)</b>	<b>(125.199)</b>	<b>-4,4%</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>1.367.496</b>	<b>1.139.468</b>	<b>20,0%</b>		<b>1.054.741</b>	<b>1.194.701</b>	<b>-11,7%</b>
Pessoal	(98.094)	(92.213)	6,4%		(98.094)	(92.213)	6,4%
Material	(294.534)	(118.825)	147,9%		(1.531)	(1.917)	-20,1%
Serviços de terceiros	(40.999)	(38.284)	7,1%		(40.999)	(38.285)	7,1%
Outras despesas operacionais	(12.361)	(17.493)	-29,3%		(18.632)	(17.491)	6,5%
<b>Custos e Despesas</b>	<b>(445.987)</b>	<b>(266.815)</b>	<b>67,2%</b>		<b>(159.256)</b>	<b>(149.907)</b>	<b>6,2%</b>
Depreciação e amortização	(10.375)	(4.741)	118,8%		(145.472)	(142.902)	1,8%
<b>Custos, Despesas e D&amp;A</b>	<b>(456.362)</b>	<b>(271.556)</b>	<b>68,1%</b>		<b>(304.728)</b>	<b>(292.809)</b>	<b>4,1%</b>
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	9.811	-	0,0%		-	-	0,0%
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>920.946</b>	<b>867.912</b>	<b>6,1%</b>		<b>750.013</b>	<b>901.891</b>	<b>-16,8%</b>
Resultado de equivalência patrimonial	204.842	224.156	-8,6%		146.704	155.899	-5,9%
Renda de aplicação financeira	74.760	45.923	62,8%		74.760	45.923	62,8%
Despesas financeiras	(259.341)	(215.662)	20,3%		(256.896)	(215.661)	19,1%
Empréstimos e financiamentos	(38.493)	(40.033)	-3,8%		(38.493)	(40.033)	-3,8%
- Juros incorridos	(11.744)	(11.065)	6,1%		(11.744)	(11.064)	6,1%
- Variações monetárias	-	(0)	-100,0%		-	(0)	-100,0%
- Variação cambial	(27.990)	(68.103)	-58,9%		(27.990)	(68.103)	-58,9%
- Ajuste ao valor justo	1.241	39.135	-96,8%		1.241	39.134	-96,8%
Instrumentos financeiros derivativos	16.622	26.842	-38,1%		16.622	26.841	-38,1%
- Juros incorridos	(6.288)	(8.088)	-22,3%		(6.288)	(8.089)	-22,3%
- Variação cambial	27.990	68.103	-58,9%		27.990	68.103	-58,9%
- Ajuste ao valor justo	(4.423)	(33.173)	-86,7%		(4.423)	(33.173)	-86,7%
Debêntures	(224.321)	(199.337)	12,5%		(224.321)	(199.337)	12,5%
- Juros incorridos	(151.902)	(112.034)	35,6%		(151.902)	(112.034)	35,6%
- Variações monetárias	(75.600)	(87.303)	-13,4%		(75.600)	(87.303)	-13,4%
Despesa Financeira – Arrendamento	(2.445)	-	0,0%		-	-	0,0%
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(10.704)	(3.132)	241,7%		(10.704)	(3.132)	241,7%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(184.581)</b>	<b>(169.739)</b>	<b>8,7%</b>		<b>(182.137)</b>	<b>(169.739)</b>	<b>7,3%</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	<b>941.207</b>	<b>922.329</b>	<b>2,0%</b>		<b>714.581</b>	<b>888.051</b>	<b>-19,5%</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(116.362)	(120.214)	-3,2%		(94.623)	(146.475)	-35,4%
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>824.845</b>	<b>802.115</b>	<b>2,8%</b>		<b>619.958</b>	<b>741.577</b>	<b>-16,4%</b>
Participação dos acionistas não-controladores	456	-	0,0%		-	-	0,0%
<b>EBITDA</b>	<b>921.509</b>	<b>872.653</b>	<b>5,6%</b>		<b>895.485</b>	<b>1.044.794</b>	<b>-14,3%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>67,4%</b>	<b>76,6%</b>	<b>-9,2 pp</b>		<b>84,9%</b>	<b>87,5%</b>	<b>-2,6 pp</b>

#### 4.5. DRE IFRS 3T19 (Subsidiárias)

	R\$ mil	TAESA	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguçu	Ivaí	Transmineiras
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>								
Disponibilização do sistema de transmissão	-	(0)	-	-	-	-	-	-
Operação e manutenção	157.577	2.581	14.825	-	-	-	-	1.056
Remuneração do ativo contratual de concessão	128.472	1.140	43.878	-	-	-	-	2.484
Correção monetária do ativo contratual de concessão	17.152	6.449	9.740	-	-	-	-	(85)
Construção e indenização	354.561	0	108.139	32.511	48.016	14.684	-	-
Outras receitas operacionais	2.754	927	666	-	-	-	-	963
Parcela variável	(5.974)	(55)	(1.088)	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>654.541</b>	<b>11.042</b>	<b>176.160</b>	<b>32.511</b>	<b>48.016</b>	<b>14.684</b>	<b>4.418</b>	
PIS e COFINS	(39.249)	(772)	(13.325)	(3.481)	(4.535)	(1.349)	(223)	
ISS	(44)	-	-	-	-	-	-	-
ICMS	(18)	-	-	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(17.480)	(411)	(3.491)	-	-	-	(501)	
Outras deduções	-	-	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(56.791)	(1.183)	-	-	-	-	-	-
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>597.750</b>	<b>9.859</b>	<b>159.343</b>	<b>29.030</b>	<b>43.481</b>	<b>13.335</b>	<b>3.695</b>	
<b>CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS</b>								
Pessoal	(35.522)	(22)	(4.896)	(104)	(161)	(173)	(297)	
Material	(167.996)	(42)	(77.111)	(17.658)	(29.240)	(9.347)	(8)	
Serviços de terceiros	(13.778)	(974)	(3.753)	(40)	(78)	(78)	(610)	
Depreciação e amortização	(3.791)	(0)	(173)	(12)	(15)	(13)	(4)	
Outras despesas operacionais	(4.341)	2	(1.007)	(0)	(0)	(0)	(108)	
<b>Custos e despesas</b>	<b>(221.637)</b>	<b>(1.036)</b>	<b>(86.766)</b>	<b>(17.802)</b>	<b>(29.480)</b>	<b>(9.597)</b>	<b>(1.022)</b>	
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>372.322</b>	<b>8.823</b>	<b>72.404</b>	<b>11.216</b>	<b>13.986</b>	<b>3.725</b>	<b>2.668</b>	
Resultado de equivalência patrimonial	80.241	-	727	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	34.019	63	3.145	49	72	101	345	
Despesas financeiras	(82.826)	(505)	(9.256)	(5)	(7)	(10)	(1.114)	
Empréstimos e financiamentos	(33.361)	(315)	-	-	-	-	-	-
- Juros incorridos	(3.646)	(273)	(7.522)	-	-	-	(1.086)	
- Variações monetárias	-	(41)	(1.131)	-	-	-	(16)	
- Variação cambial	(29.035)	-	-	-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo	(680)	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	24.245	-	-	-	-	-	-	-
- Juros incorridos	(1.631)	-	-	-	-	-	-	-
- Variação cambial	(29.035)	-	-	-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo	(680)	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	(68.921)	(130)	-	-	-	-	-	-
- Juros incorridos	(1.631)	-	-	-	-	-	-	-
- Variações monetárias	-	(41)	(1.131)	-	-	-	(16)	
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(3.847)	(60)	(604)	(5)	(7)	(10)	(11)	
Resultado financeiro	(48.807)	(442)	(6.111)	44	65	91	(769)	
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	<b>403.757</b>	<b>8.381</b>	<b>67.020</b>	<b>11.260</b>	<b>14.051</b>	<b>3.816</b>	<b>1.899</b>	
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(45.917)</b>	<b>(2.512)</b>	<b>(11.982)</b>	<b>(5.604)</b>	<b>(5.180)</b>	<b>(1.320)</b>	<b>416</b>	
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>357.840</b>	<b>5.870</b>	<b>55.037</b>	<b>5.656</b>	<b>8.871</b>	<b>2.496</b>	<b>2.315</b>	
<b>Participação dos acionistas não-controladores</b>	<b>229</b>							
<b>EBITDA</b>	<b>376.113</b>	<b>8.823</b>	<b>72.577</b>	<b>11.228</b>	<b>14.001</b>	<b>3.738</b>	<b>2.672</b>	
<b>Margem EBITDA</b>	<b>62,9%</b>	<b>89,5%</b>	<b>45,5%</b>	<b>38,7%</b>	<b>32,2%</b>	<b>28,0%</b>	<b>72,3%</b>	

#### 4.6. DRE IFRS 9M19 (Subsidiárias)

	R\$ mil	TAESA	ETAU	Brasnorte	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Transmineiras
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>									
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operação e manutenção	449.607	6.352	3.031	42.865	-	-	-	-	2.604
Remuneração do ativo contratual de concessão	377.947	3.204	378	115.558	-	-	-	-	9.813
Correção monetária do ativo contratual de concessão	128.912	8.642	2.209	29.980	-	-	-	-	4.185
Construção e indenização	555.075	0	-	193.257	48.307	77.236	42.169	-	-
Outras receitas operacionais	7.762	2.602	411	5.136	-	-	-	-	2.130
Parcela variável	(8.289)	(107)	-	(1.871)	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>1.511.014</b>	<b>20.693</b>	<b>6.029</b>	<b>384.925</b>	<b>48.307</b>	<b>77.236</b>	<b>42.169</b>	<b>18.732</b>	
PIS e COFINS	(84.894)	(1.161)	(652)	(25.020)	(4.940)	(7.236)	(3.890)	(735)	
ISS	(132)	-	(193)	-	-	-	-	-	
ICMS	(45)	-	-	-	-	-	-	-	
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(58.447)	(992)	-	(10.804)	-	-	-	(1.136)	
Outras deduções	-	-	-	-	-	-	-	-	
Deduções da receita operacional bruta	(143.517)	(2.153)	(845)	-	-	-	-	-	
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>1.367.496</b>	<b>18.540</b>	<b>5.184</b>	<b>349.101</b>	<b>43.367</b>	<b>70.000</b>	<b>38.279</b>	<b>16.861</b>	
<b>CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS</b>									
Pessoal	(98.094)	(67)	(445)	(14.544)	(358)	(481)	(455)	(889)	
Material	(294.534)	(24)	(83)	(134.933)	(31.154)	(46.764)	(25.990)	(22)	
Serviços de terceiros	(40.999)	(2.671)	(343)	(9.717)	(185)	(299)	(208)	(1.513)	
Depreciação e amortização	(10.375)	(0)	(3)	(535)	(36)	(44)	(38)	(19)	
Outras despesas operacionais	(12.361)	8	(30)	(2.797)	(10)	(14)	(13)	(270)	
<b>Custos e despesas</b>	<b>(445.987)</b>	<b>(2.754)</b>	<b>(901)</b>	<b>(161.991)</b>	<b>(31.706)</b>	<b>(47.558)</b>	<b>(26.666)</b>	<b>(2.694)</b>	
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	9.811	-	4.280	-	-	-	-	-	
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>920.946</b>	<b>15.785</b>	<b>4.280</b>	<b>186.575</b>	<b>11.626</b>	<b>22.397</b>	<b>11.575</b>	<b>14.148</b>	
Resultado de equivalência patrimonial	204.842	-	-	1.821	-	-	-	-	
Renda de aplicação financeira	74.760	282	134	5.759	147	229	460	851	
Despesas financeiras	(259.341)	(1.546)	(3)	(23.739)	(11)	(14)	(13)	(3.164)	
Empréstimos e financiamentos	(38.493)	(952)	-	-	-	-	-	-	
- Juros incorridos	(11.744)	(823)	-	(20.287)	-	-	-	(2.931)	
- Variações monetárias	-	(129)	-	(1.481)	-	-	-	(211)	
- Variação cambial	(27.990)	-	-	-	-	-	-	-	
- Ajuste ao valor justo	1.241	-	-	-	-	-	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos	16.622	-	-	-	-	-	-	-	
- Juros incorridos	(6.288)	-	-	-	-	-	-	-	
- Variação cambial	(27.990)	-	-	-	-	-	-	-	
- Ajuste ao valor justo	1.241	-	-	-	-	-	-	-	
Debêntures	(224.321)	(335)	-	-	-	-	-	-	
- Juros incorridos	(6.288)	-	-	-	-	-	-	-	
- Variações monetárias	-	(129)	-	-	-	-	-	(211)	
Despesa Financeira – Arrendamento	(2.445)	-	(1)	-	-	-	-	-	
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(10.704)	(259)	(2)	(1.971)	(11)	(14)	(13)	(22)	
Resultado financeiro	(184.581)	(1.264)	130	(17.980)	136	216	447	(2.313)	
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	<b>941.207</b>	<b>14.522</b>	<b>4.410</b>	<b>170.416</b>	<b>11.762</b>	<b>22.613</b>	<b>12.022</b>	<b>11.834</b>	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(116.362)	(4.928)	(1.158)	(17.342)	(5.883)	(8.236)	(4.136)	(1.049)	
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>824.845</b>	<b>9.594</b>	<b>3.252</b>	<b>153.074</b>	<b>5.878</b>	<b>14.377</b>	<b>7.886</b>	<b>10.785</b>	
Participação dos acionistas não-controladores	456	-	-	-	-	-	-	-	
<b>EBITDA</b>	<b>921.509</b>	<b>15.786</b>	<b>4.283</b>	<b>187.110</b>	<b>11.661</b>	<b>22.442</b>	<b>11.613</b>	<b>14.167</b>	
<b>Margem EBITDA</b>	<b>67,4%</b>	<b>85,1%</b>	<b>82,6%</b>	<b>53,6%</b>	<b>26,9%</b>	<b>32,1%</b>	<b>30,3%</b>	<b>84,0%</b>	

#### 4.7. DRE Regulatório 3T19 (Subsidiárias)

	TAESA	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Transmineiras
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>							
Disponibilização do sistema de transmissão	375.850	9.591	90.207	-	-	-	13.818
Operação e manutenção	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	-	-	-	-	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	-	-	-	-	-	-	-
Construção e indenização	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	250	-	-	-	-	-	-
Parcela variável	(5.974)	(55)	(1.088)	-	-	-	(195)
<b>TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>370.126</b>	<b>9.536</b>	<b>89.119</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.623</b>
PIS e COFINS	(20.694)	(400)	(3.837)	-	-	-	(497)
ISS	(44)	-	-	-	-	-	-
ICMS	(18)	-	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(17.480)	(411)	(3.491)	-	-	-	(579)
Outras deduções	-	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(38.235)	(812)	-	-	-	-	-
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>331.891</b>	<b>8.724</b>	<b>81.790</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.547</b>
<b>CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS</b>							
Pessoal	(35.522)	(22)	(4.896)	(104)	(161)	(173)	(386)
Material	(797)	(19)	(251)	-	(0)	(0)	(10)
Serviços de terceiros	(13.778)	(974)	(3.753)	(47)	(85)	(85)	(730)
Depreciação e amortização	(49.446)	(869)	(10.106)	(5)	(8)	(6)	(1.254)
Outras despesas operacionais	(6.597)	2	(1.007)	(0)	(0)	(0)	(129)
<b>Custos e despesas</b>	<b>(56.694)</b>	<b>(1.013)</b>	<b>(9.906)</b>	<b>(151)</b>	<b>(247)</b>	<b>(258)</b>	<b>(1.255)</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>225.751</b>	<b>6.842</b>	<b>61.778</b>	<b>(156)</b>	<b>(255)</b>	<b>(264)</b>	<b>10.038</b>
Resultado de equivalência patrimonial	48.207	-	841	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	34.019	63	3.086	49	72	101	405
Despesas financeiras	(81.883)	(505)	(9.265)	(4)	(6)	(9)	(1.362)
Empréstimos e financiamentos	(33.361)	(315)	-	-	-	-	-
- Juros incorridos	(3.646)	(273)	(7.522)	-	-	(5)	(1.326)
- Variações monetárias	-	(41)	(1.131)	-	-	(1)	(23)
- Variação cambial	(29.035)	-	-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo	(680)	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	24.245	-	-	-	-	-	-
- Juros incorridos	(1.631)	-	-	-	-	-	-
- Variação cambial	(29.035)	-	-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo	(680)	-	-	-	-	-	-
Debêntures	(68.921)	(130)	-	-	-	-	-
- Juros incorridos	(1.631)	-	-	-	-	-	-
- Variações monetárias	-	(41)	(1.131)	-	-	(1)	(23)
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(3.847)	(60)	(613)	(4)	(6)	(3)	(13)
Resultado financeiro	(47.864)	(442)	(6.180)	45	66	92	(957)
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	<b>226.094</b>	<b>6.400</b>	<b>55.598</b>	<b>(112)</b>	<b>(190)</b>	<b>(173)</b>	<b>9.081</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(15.041)	(2.173)	(7.488)	-	-	-	68
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>211.053</b>	<b>4.228</b>	<b>48.951</b>	<b>(112)</b>	<b>(190)</b>	<b>(173)</b>	<b>9.149</b>
<b>EBITDA</b>	<b>275.197</b>	<b>7.711</b>	<b>71.884</b>	<b>(151)</b>	<b>(247)</b>	<b>(258)</b>	<b>11.292</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>82,9%</b>	<b>88,4%</b>	<b>87,9%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>90,0%</b>

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e Transmineiras se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.



#### 4.8. DRE Regulatório 9M19 (Subsidiárias)

	TAESA	ETAU	Brasnorte	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Transmineiras
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>								
Disponibilização do sistema de transmissão	1.181.799	24.417	4.676	277.637	-	-	-	30.554
Operação e manutenção	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	-	-	-	-	-	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	-	-	-	-	-	-	-	-
Construção e indenização	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	962	-	-	-	-	-	-	-
Parcela variável	(8.289)	(107)	-	(1.871)	-	-	-	(195)
<b>TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>1.174.472</b>	<b>24.310</b>	<b>4.676</b>	<b>275.766</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>30.359</b>
PIS e COFINS	(61.107)	(1.000)	(429)	(11.880)	-	-	-	(1.109)
ISS	(132)	-	-	-	-	-	-	-
ICMS	(45)	-	-	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(58.447)	(992)	(193)	(10.804)	-	-	-	(1.214)
Outras deduções	-	-	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(119.731)	(1.993)	(622)	-	-	-	-	-
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>1.054.741</b>	<b>22.317</b>	<b>4.054</b>	<b>253.082</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>28.037</b>
<b>CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS</b>								
Pessoal	(98.094)	(67)	(445)	(14.544)	(358)	(481)	(455)	(978)
Material	(1.531)	(21)	(7)	(679)	(0)	(15)	(1)	(24)
Serviços de terceiros	(40.999)	(2.671)	(343)	(9.717)	(206)	(321)	(229)	(1.634)
Depreciação e amortização	(145.472)	(2.255)	(1.088)	(30.416)	(16)	(24)	(18)	(2.935)
Outras despesas operacionais	(18.632)	8	(33)	(2.799)	(10)	(14)	(13)	(291)
<b>Custos e despesas</b>	<b>(159.256)</b>	<b>(2.750)</b>	<b>(829)</b>	<b>(27.739)</b>	<b>(573)</b>	<b>(830)</b>	<b>(698)</b>	<b>(2.926)</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>750.013</b>	<b>17.312</b>	<b>2.137</b>	<b>194.926</b>	<b>(589)</b>	<b>(855)</b>	<b>(716)</b>	<b>22.175</b>
Resultado de equivalência patrimonial	146.704	-	-	2.371	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	74.760	282	134	5.580	147	229	460	911
Despesas financeiras	(256.896)	(1.546)	(2)	(23.766)	(8)	(11)	(11)	(3.413)
Empréstimos e financiamentos	(38.493)	(952)	-	-	-	-	-	-
- Juros incorridos	(11.744)	(823)	-	(20.287)	-	-	(5)	(3.171)
- Variações monetárias	-	(129)	-	(1.481)	-	-	(1)	(217)
- Variação cambial	(27.990)	-	-	-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo	1.241	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	16.622	-	-	-	-	-	-	-
- Juros incorridos	(6.288)	-	-	-	-	-	-	-
- Variação cambial	(27.990)	-	-	-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo	1.241	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	(224.321)	(335)	-	-	-	-	-	-
- Juros incorridos	(6.288)	-	-	-	-	-	-	-
- Variações monetárias	-	(129)	-	-	-	-	(1)	(217)
Despesa Financeira – Arrendamento	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(10.704)	(259)	(2)	(1.998)	(8)	(11)	(5)	(24)
Resultado financeiro	(182.137)	(1.264)	131	(18.186)	138	218	449	(2.502)
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	<b>714.581</b>	<b>16.048</b>	<b>2.268</b>	<b>179.112</b>	<b>(451)</b>	<b>(637)</b>	<b>(267)</b>	<b>19.673</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(94.623)	(5.447)	67	(20.468)	-	-	-	(2.256)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>619.958</b>	<b>10.601</b>	<b>2.335</b>	<b>158.644</b>	<b>(451)</b>	<b>(637)</b>	<b>(267)</b>	<b>17.417</b>
<b>EBITDA</b>	<b>895.485</b>	<b>19.567</b>	<b>3.225</b>	<b>225.343</b>	<b>(573)</b>	<b>(830)</b>	<b>(698)</b>	<b>25.111</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>84,9%</b>	<b>87,7%</b>	<b>79,6%</b>	<b>89,0%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>89,6%</b>

## 4.9. Reconciliação do EBITDA

A reconciliação do EBITDA exclui o impacto ocasionado pela equivalência patrimonial no resultado da Companhia.

### Reconciliação EBITDA IFRS

	R\$ MM	3T19	3T18*	Var. %	9M19	9M18*	Var. %
Lucro Líquido		357,8	294,7	21,4%	824,8	802,1	2,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social		45,9	40,8	12,6%	116,4	120,2	-3,2%
Despesas Financeiras Líquidas		48,8	63,1	-22,6%	184,6	169,7	8,7%
Depreciação e Amortização		3,8	1,7	128,4%	10,4	4,7	118,8%
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas		-	-	-	(9,8)	-	0,0%
Resultado de Equivalência Patrimonial		(80,2)	(82,0)	-2,1%	(204,8)	(224,2)	-8,6%
<b>EBITDA</b>		<b>376,1</b>	<b>318,3</b>	<b>18,2%</b>	<b>921,5</b>	<b>872,7</b>	<b>5,6%</b>
<b>Margem EBITDA</b>		<b>62,9%</b>	<b>73,8%</b>	<b>-10,9 pp</b>	<b>67,4%</b>	<b>76,6%</b>	<b>-9,2 pp</b>

\* A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 31 de setembro de 2018 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 31 de setembro de 2019, em função da adoção do CPC 47 (vide seção 3.4).

### Reconciliação EBITDA Regulatório

	R\$ MM	3T19	3T18	Var. %	9M19	9M18	Var. %
Lucro Líquido		211,1	212,3	-0,6%	620,0	741,6	-16,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social		15,0	29,3	-48,7%	94,6	146,5	-35,4%
Despesas Financeiras Líquidas		47,9	63,1	-24,1%	182,1	169,7	7,3%
Depreciação e Amortização		49,4	48,3	2,3%	145,5	142,9	1,8%
Resultado de Equivalência Patrimonial		(48,2)	(42,9)	12,3%	(146,7)	(155,9)	-5,9%
<b>EBITDA</b>		<b>275,2</b>	<b>310,1</b>	<b>-11,3%</b>	<b>895,5</b>	<b>1.044,8</b>	<b>-14,3%</b>
<b>Margem EBITDA</b>		<b>82,9%</b>	<b>85,6%</b>	<b>-2,7 pp</b>	<b>84,9%</b>	<b>87,5%</b>	<b>-2,6 pp</b>

## 4.10. Balanço Patrimonial

### Balanço Patrimonial

	R\$ mil	3T19		
		IFRS	Ajustes	Regulatório
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa		18.982	-	18.982
Títulos e valores mobiliários		2.033.794	-	2.033.794
Clientes		132.573	-	132.573
Ativo contratual de concessão		817.023	817.023	-
Impostos e contribuições sociais		74.950	-	74.950
Dividendos e JCP a receber		7.812	-	7.812
Outros ativos circulantes		45.718	-	45.718
Total do Ativo Circulante		3.130.852	817.023	2.313.829
Títulos e valores mobiliários		4.532	-	4.532
Ativo contratual de concessão		5.184.389	5.184.389	-
Impostos e contribuições diferidos		-	(40.465)	40.465
Investimentos		2.114.274	449.995	1.664.279
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		13.798	-	13.798
Depósitos judiciais		32.207	-	32.207
Instrumentos financeiros derivativos		56.601	-	56.601
Outras contas a receber		18.203	-	18.203
Imobilizado		22.077	(4.438.264)	4.460.341
Intangível		71.974	(153.886)	225.860
Direito de uso		34.526	34.526	-
Total do Ativo Não Circulante		7.552.581	1.036.295	6.516.286
Total do Ativo		10.683.433	1.853.318	8.830.115
Passivos				
Fornecedores		84.284	-	84.284
Impostos e contribuições sociais		40.028	-	40.028
Empréstimos e financiamentos		10.625	-	10.625
Debêntures		791.991	-	791.991
Passivo de arrendamento		8.201	8.201	-
Dividendos e JCP a pagar		9	-	9
Taxas regulamentares		69.530	-	69.530
Outras contas a pagar		51.893	-	51.893
Total do Passivo Circulante		1.056.561	8.201	1.048.360
Empréstimos e financiamentos		429.827	-	429.827
Debêntures		3.496.979	-	3.496.979
Passivo de arrendamento		27.476	27.476	-
Instrumentos financeiros derivativos		3.096	-	3.096
Impostos e contribuições diferidos		270.130	232.639	37.491
Tributos diferidos		328.732	328.732	-
Provisão para contingências		32.365	2.574	29.791
Provisão para desmobilização de ativos		455	455	-
Obrigações especiais		-	(11.925)	11.925
Outras contas a pagar		40.682	-	40.682
Total do Passivo Não Circulante		4.629.742	579.951	4.049.791
Capital social realizado		3.042.035	-	3.042.035
Reserva de capital		598.736	4.229	594.507
Reserva de lucros		878.340	-	878.340
Dividendos Intercalares e Juros sobre Capital Próprio		(345.478)	-	(345.478)
Prejuízos acumulados		(892)	1.056.174	(1.057.066)
Resultado do período		824.389	204.763	619.626
Atribuído a participação dos acionistas controladores		4.997.130	1.265.166	3.731.964
Participação de acionistas não controladores				
Total do Patrimônio Líquido		4.997.130	1.265.166	3.731.964
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		10.683.433	1.853.318	8.830.115

## 4.11. Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa	IFRS		Regulatório
	R\$ mil	3T19*	Ajuste 3T19
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Resultado do período</b>	<b>824.845</b>	<b>204.887</b>	<b>619.958</b>
Itens de resultado que não afetam o caixa:			
Resultado de equivalência patrimonial	(204.843)	(58.139)	(146.704)
Depreciação e amortização	4.942	(140.530)	145.472
Amortização de direito de uso	5.432	5.432	-
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	3.003	-	3.003
Receita de aplicações financeiras	(74.760)	-	(74.760)
Custo construção - provisão fornecedores	288.952	288.952	-
Juros, var monet e cambiais liq e mtn sobre emprest e Financ	38.493	-	38.493
Juros e variações monetárias sobre debêntures	224.320	-	224.320
Juros passivo de arrendamento	2.444	2.444	-
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	(16.621)	-	(16.621)
Imposto de renda e contribuição social correntes	15.791	-	15.791
Imposto de renda e contribuição social diferidos	100.571	21.740	78.831
Tributos diferidos	23.786	23.786	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	(377.947)	(377.947)	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(128.912)	(128.912)	-
Receita de construção e indenização	(555.075)	(555.075)	-
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	(9.812)	(9.812)	-
Provisão (Reversão) para parcela variável	(2.240)	-	(2.240)
	<b>162.369</b>	<b>(723.174)</b>	<b>885.543</b>
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>			
(Aumento) Redução no saldo de clientes	31.538	-	31.538
(Aumento) Redução no saldo de ativo contratual	-	-	-
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	725.914	725.914	-
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	(22.141)	-	(22.141)
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	(246)	(246)	-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	733	733	-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	(4.692)	-	(4.692)
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	(263.602)	(288.951)	25.349
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	499	-	499
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	(19.197)	(1.007)	(18.190)
Dividendos recebidos das controladas			
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	104.241	-	104.241
	<b>553.047</b>	<b>436.443</b>	<b>116.604</b>
<b>Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais</b>	<b>715.416</b>	<b>(286.731)</b>	<b>1.002.147</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(37.781)	-	(37.781)
<b>Caixa liq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais</b>	<b>677.635</b>	<b>(286.731)</b>	<b>964.366</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos	(1.144.461)	-	(1.144.461)
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(9.937)	293.002	(302.939)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	(73.665)	-	(73.665)
Aquisição de controladas em conjunto	(32.880)	-	(32.880)
Aquisição de coligadas	(77.508)	-	(77.508)
Aumento de capital em controladas em conjunto	(73.750)	-	(73.750)
<b>Caixa liq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos</b>	<b>(1.412.201)</b>	<b>293.002</b>	<b>(1.705.203)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Captação de empréstimos e financiamentos	29.713	-	29.713
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(36.703)	-	(36.703)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(11.582)	-	(11.582)
Captação de debêntures	1.247.753	-	1.247.753
Pagamento de debêntures - principal	-	-	-
Pagamento de debêntures - juros	(62.527)	-	(62.527)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	(7.031)	-	(7.031)
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	-	-	-
Pagamento de passivo de arrendamento	(6.271)	(6.271)	-
Aquisição de Participação de Controlada	(18.024)	-	(18.024)
Pagamento de dividendos e JCP	(402.649)	-	(402.649)
<b>Caixa liq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento</b>	<b>732.679</b>	<b>(6.271)</b>	<b>738.950</b>
			<b>88.137</b>
<b>Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.887)</b>	<b>-</b>	<b>(1.887)</b>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	20.869	-	20.869
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	18.982	-	18.982
<b>Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.887)</b>	<b>-</b>	<b>(1.887)</b>



## Aviso Legal

*As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelas normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A ANEEL, enquanto órgão regulador, tem poderes para regular as concessões.*

*As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da Taesa são meramente projeções e, como tais, baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.*

### *EBITDA:*

*O EBITDA é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação, amortização e receitas. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como lucro líquido alternativo. O EBITDA apresentado é utilizado pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam o EBITDA como um indicador de seu desempenho operacional.*

### *Dívida líquida:*

*A “dívida líquida” não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados. A dívida líquida apresentada é utilizada pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho financeiro.*